
*Classe, etnicidade e gênero no Brasil:
a negociação de identidade dos trabalhadores
na Greve de 1906, em Porto Alegre*

*Joan Bak**

Resumo: Este artigo examina um momento da formação da classe trabalhadora no Brasil para mostrar como os trabalhadores redesenharam múltiplas identidades em resposta às transformações estruturais entrelaçadas, desde a produção artesanal até a produção industrial, das comunidades étnicas homogêneas até as heterogêneas, e da mão-de-obra masculina para a mão-de-obra feminina, que estava em crescimento. As lideranças anarquistas contestaram o mito do artesão feliz e mesclaram a exploração dos artesãos e trabalhadores de fábricas para avançar na conscientização das classes. As ligações étnicas, que inicialmente incentivaram a organização, começaram a ser um empecilho na solidariedade entre as classes, agora pressionadas por novos conflitos ideológicos e facilitaram uma resistência efetiva por parte dos empresários. Quando os apelos à etnicidade se tornaram problemáticos, apareceram os apelos ao gênero: as mulheres trabalhadoras se fizeram ouvir e ver e desempenharam um papel importante na evolução do movimento. Porém, as formas como elas eram vistas e ouvidas nas ruas, contrastavam com suas representações nos discursos da elite, que procuravam usá-las para estimular divisões na classe trabalhadora que estava surgindo.

Palavras-chaves: greve, classe, etnicidade, gênero.

Abstract: This article examines one formative moment in the making of a working class in Brazil to show how workers refashioned multiple identities in response to interlocking structural transformations from artisanal to factory production, from homogeneous to heterogeneous ethnic communities, and from a male labor force to one that was increasingly female. Anarchist labor organizers contested the myth of the happy artisan and conflated the exploitation of artisans and factory workers to advance class consciousness. Ethnic ties that had initially fostered organization began to hamper class solidarity, now strained under new ideological conflicts, and facilitated effective resistance from employers. As appeals to ethnicity became problematic, appeals to gender emerged: women workers made themselves visible and audible, and played an important role in the evolution of the movement. The ways in which they were seen and heard in the streets, however, contrasted with their representations in elite discourse, which sought to use gender to manipulate divisions within the emerging working class.

Key words: strike, class, ethnicity, gender.

* PhD em História da América Latina pela Universidade de Yale e Professora no Departamento de História da Universidade de Richmond. *E-mail:* jbak@richmond.edu

Nos últimos anos, os historiadores que se ocupam dos trabalhadores estão cientes de que a formação da identidade de classe não pode ser entendida de forma isolada das identidades entrelaçadas de gênero, raça e etnia. Este estudo focaliza os primeiros anos do crescimento industrial no Brasil para investigar como uma junção importante na formação de classes questionou a multiplicidade de identidades e como as respostas dos trabalhadores interagiram com as das elites. A ausência de história oral desse primeiro período faz com que fique excluída a riqueza da sensibilidade vívida que a pesquisa começou a fornecer nos anos posteriores, mas a análise tem o objetivo de ajudar, de forma mais modesta, a se voltar para a necessidade, na história dos trabalhadores na América Latina, de estudos cuidadosamente contextualizados sobre a evolução da identidade dos trabalhadores sob diversas condições e em vários momentos de sua História.¹

Em outubro de 1906, trabalhadores urbanos de Porto Alegre organizaram uma das primeiras greves gerais no Brasil.² Esses trabalhadores confrontavam, pela primeira vez, o desafio que apresentavam ao seu senso de quem eles eram e qual era seu lugar em uma ordem social que mudava rapidamente. Durante 21 dias, em torno de 3 mil homens e mulheres abandonaram as novas fábricas e muitas pequenas oficinas da cidade. A produção foi paralisada, e eles invadiram as ruas reivindicando uma jornada de oito horas. Para muitos, as fortes identidades étnicas condicionaram esses primeiros passos na formação de classes. No momento em que as mulheres se fizeram ver, as questões de gênero também começavam a ser notadas no discurso da greve.

Os observadores contemporâneos das classes médias e superiores ficaram surpresos com o impacto da greve na cidade. Um deles a caracterizou como “surpreendente”: “Ninguém falou de outra coisa durante três dias consecutivos”. Para alguns, parecia ter surgido do nada, como se tivesse “explodido em uma cidade pacífica como dinamite” (*Correio do Povo*, 7 out. 1906, p. 2). Mas essa não era uma greve geral revolucionária. O que explodiu não era violência – não houve “arruaças, motins, cabeças quebradas ou ataques à propriedade – só barulho, nenhum dano”. Nos três primeiros dias enquanto a greve se alastrava, a algazarra normal das fábricas morreu, deixando “bairros inteiros, mortos em dias de semana, como uma necrópole, já que as fábricas fecharam, as máquinas pararam, não saía fumaça das chaminés”. Barulhos estranhos quebravam o silêncio: grevistas em frente aos portões de fábricas de móveis e têxteis não deixando os colegas entrar; “magotes de trabalhadores caminhando ociosamente nas ruas onde costumavam trabalhar”; centenas de trabalhadores gritando em concentrações de massa – duas concentrações simultâneas em um ponto – no Café Estrada

de Ferro e na sede da União dos Operários no Morro de São Pedro, na Praça da Alfândega e uns 500 trabalhadores fazendo reivindicações descendo a rua principal levando crachás vermelhos e um grande cartaz vermelho anunciando a greve. Os trabalhadores da cidade faziam uso estratégico do espaço público para proclamar seu poder e suas aspirações.

A greve se espalhou tanto que os humoristas locais já faziam conjeturas sobre quem seria o próximo a se engajar nela. Um deles cogitou que os próximos seriam os funcionários públicos e que pediriam uma jornada de duas horas diárias, e os representantes estaduais já estariam deixando a capital. Uma outra piada era que as prostitutas da cidade teriam anunciado sua própria greve, declarando que trabalhariam somente até as dez da noite. Uma outra contava que os padres estariam planejando uma greve passando a não mais trabalhar aos domingos (*Petit Journal*, 13 out. 1906, p.1 e 18 out. 1906, p. 1).

A “Greve dos 21 Dias” não foi a primeira na região. Pelo menos outras 24 já teriam acontecido no Rio Grande do Sul, mas todas eram greves pequenas em locais de trabalho, e somente três teriam acontecido em Porto Alegre.³ Em alcance, duração e impacto, a greve de 1906 representou uma experiência sem precedentes para a região e para a cidade.

Desde uma perspectiva comparativa, a greve geral de 1906 é significativa na revelação de como os trabalhadores responderam a três mudanças estruturais principais, que estariam transformando sua vida: uma era a introdução de novas modalidades de produção que estariam desestruturando os hábitos familiares de trabalho artesanal; uma outra era a transformação de comunidades étnicas completamente herméticas em comunidades mais heterogêneas, com vários grupos étnicos e as complicações das identidades de classes emergentes; a terceira era a mudança de uma mão-de-obra paga que era predominantemente masculina para a mão-de-obra, crescentemente feminina. Essas três transformações desafiavam as relações sociais da época de forma fundamental. Enquanto os trabalhadores lutavam para dar sentido a essas mudanças, reconstruíam suas identidades de classe, etnicidade e gênero, adaptaram o velho e integraram o novo o melhor que puderam.

Identidades e mudança estrutural: artesãos e operários de fábrica

O pano de fundo da greve

Assim que a instabilidade política que sacudiu o Brasil na primeira década da Primeira República (1889-1930) terminou, apareceu um outro tipo de instabilidade, uma marca do novo século. Entre 1903 e 1907, o Brasil experimentou uma primeira onda de greves gerais. Elas surgiam em sucessão rápida: no Rio de Janeiro, em 1903, na cidade do porto de café de Santos, em 1905, em São Paulo e em Porto Alegre, em 1906 e em São Paulo, em 1907. O período em que ocorreram reflete, em parte, a passagem da recessão econômica que fechou fábricas e cortou empregos sob a presidência de Manuel Ferraz de Campos Salles (1898-1902) e o começo da recuperação com o presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves (1902-1906). A primeira destas greves gerais começou entre trabalhadores da indústria têxtil no Rio, em agosto de 1903 e se espalhou para uns 40 mil trabalhadores, muitos deles artesãos e estivadores. Apesar de alguns jornais se mostrarem favoráveis aos grevistas, as exigências da jornada de oito horas e o aumento do salário foram recebidos com muita resistência por parte dos empresários (alguns dos quais já estavam organizados) e com violenta repressão por parte da polícia. Detenções, intimidações e ataques a sindicatos se seguiram. Os trabalhadores conseguiram somente pequenas concessões, incluindo uma pequena diminuição nas horas de trabalho, e muitos foram despedidos. Quando a recuperação econômica criou condições melhores, em 1905, os estivadores de Santos começaram a segunda greve geral. A terceira, em maio de 1906, surgiu como uma reação contra a modernização, organizada pelos trabalhadores da estrada de ferro da Companhia Paulista, seguida por mais 4 mil trabalhadores da cidade de São Paulo. As concessões foram prometidas, mas foram acompanhadas por uma brutal repressão policial, numerosas prisões, perseguição a lideranças e um estado de sítio.⁴ A greve geral de 1906, em Porto Alegre, apareceu em meio a uma repressão mais limitada do que as greves anteriores.

As características e o período dessa primeira onda de greves gerais refletiam uma economia em crescimento, mas também o foco de reivindicações dos líderes na jornada de oito horas. Tanto os socialistas quanto os anarco-sindicalistas fizeram desse objetivo sua prioridade. Era a primeira exigência da Segunda Conferência Socialista Nacional que se reuniu em São Paulo, em 1902, à qual compareceram representantes do Rio Grande do Sul, e do Primeiro Congresso Operário realizado no Rio de Janeiro, em

abril de 1906, ao qual não compareceram representantes do RS. No último congresso, onde os anarco-sindicalistas predominaram, os delegados debateram se o movimento trabalhista deveria se concentrar na melhoria dos salários ou na redução da carga horária, decidindo a favor da redução da carga horária. Os anarco-sindicalistas consideraram que uma jornada de oito horas ajudaria a reduzir o desemprego e permitiria aos trabalhadores estudar e se organizar em seu tempo livre, permitindo que melhorassem sua consciência de classe. Durante o restante do ano de 1906, a organização foi direcionada para a conquista da jornada de oito horas. Esse foco ajuda a explicar o porquê de a jornada de oito horas ter se tornado a principal exigência da greve geral em Porto Alegre, em 1906, quando até as economias industriais avançadas (exceto a França) ainda não tinham delimitado sua jornada.⁵

Em Porto Alegre, em 1906, muitos trabalhadores estavam ainda acostumados a trabalhar em pequenas oficinas de artesãos, em escalas humanas, com possibilidade de serem promovidos de operário a mestre e freqüentemente com relações sociais paternalistas. Mas alguns deles estavam ingressando nas grandes fábricas pela primeira vez, com maquinofatura, substituição de trabalhadores não capacitados e relações sociais mais hierárquicas e disciplinadas. O primeiro crescimento significativo na produção da região ocorreu nos anos de 1890 quando os pequenos produtores rurais, imigrantes italianos e alemães começaram a acumular capital para iniciativas e se tornaram um mercado para os produtos industrializados. Apesar de negros e mulatos formarem a terceira parte da população urbana nos anos de 1890, a maioria (em torno de 5 mil trabalhadores das fábricas e oficinas) era de artesãos do sexo masculino, brancos e qualificados, principalmente imigrantes europeus ou seus descendentes (Pesavento, 1989, p. 69-70). Os líderes políticos regionais os viam com bons olhos, não como uma subclasse perigosa que precisasse de repressão, mas como artesãos independentes, trabalhadores e virtuosos de “boa estirpe européia” que muito poderiam contribuir para o desenvolvimento regional.⁶ Como em São Paulo, o preconceito racial e a associação dos negros com o crime urbano e a desordem ajudou a relegar a maioria dos não-brancos a trabalhos domésticos malpagos e a preencher as vagas na produção, preferencialmente, com brancos. Os porto-alegrenses estavam atentos a esse processo. Alguns empresários declaravam abertamente que contratavam somente “europeus”, apesar de que tanto eles quanto seus representantes declarassem a boa qualificação como mais importante do que a raça superior como sua razão fundamental (Pesavento, 1989, p. 71, 75-79; Andrews, 1991).

Muitos artesãos aspiravam tornar-se donos de seus próprios estabelecimentos, e alguns conseguiam. Mas no início dos anos 1900, os sonhos de mobilidade social começaram a diminuir, quando algumas oficinas se expandiram além das relações pessoais tradicionais e começaram a surgir grandes fábricas. No final dos anos de 1890, alguns artesãos culpavam as máquinas por os terem tirado de seus antigos trabalhos. Reclamavam que estavam trabalhando mais e ganhando menos (*O Proletário*, 26 jul. 1896, p. 1). Quando estourou a greve geral, em 1906, Porto Alegre tinha meia dúzia de fábricas com mais de cem trabalhadores. A fábrica de calçados Companhia Progresso Industrial, por exemplo, empregava uns 250 homens, mulheres e crianças; a fábrica de meias da Companhia Fabril, 320, e a Tecelagem Fiaterci, 400. Uma medida mais exata dos problemas do crescimento na cidade era a proliferação de estabelecimentos de manufatura que empregavam mais de 50 trabalhadores, mas nunca mais de cem. Concentrados na metalurgia e na produção de vestuário, móveis e alimentos, esses estabelecimentos se tornaram um primeiro campo de batalha dos conflitos por mudanças nas relações sociais da produção.⁷

O crescimento industrial provocou desorganização urbana. Na virada do século, Porto Alegre passava por seu crescimento urbano mais rápido. A população de 52 mil habitantes, em 1890, dobrou em 1910. A economia tradicional de exportação, baseada nos produtos pastoris, cresceu regularmente de 1904 para 1912. Em 1906, o total de exportações do Estado excedeu o máximo prévio de 1898.⁸ Apareceram novos distritos urbanos em Porto Alegre. Ao norte e ao leste do centro da cidade, artesãos alemães abriram oficinas ao longo do trilho e ao norte as suas colônias, e desde essa época, Navegantes surgiu como o primeiro distrito industrial da cidade. Ali e no adjacente São João, trabalhadores e artesãos criaram bairros de classe operária, fazendo com que a população do quarto distrito da cidade aumentasse. Em 1906, muitas ruas no Navegantes não possuíam sinais de identificação, porque os pedidos dos mesmos não conseguiam acompanhar o crescimento. A cidade sofria ainda com a falta de água e de sistema de esgotos, e a luz elétrica ainda não havia substituído o gás, exceto no centro da cidade.⁹

O número de indigentes crescia com a cidade. Durante os 15 anos que precederam a greve, o número de cortiços (conjuntos habitacionais em forma de colméia que davam a um pátio) cresceu mais de quatro vezes, de 300, em 1890 para mais de 1.200 em 1904. Funcionários municipais os descreveram como “edificações pestíferas, sem ar nem luz”. Contudo, os críticos denunciavam que até seus aluguéis estavam fora do alcance de muitos trabalhadores devido aos altos impostos municipais cobrados sobre os cortiços

para evitar seu crescimento, e aos locadores que cobravam aluguéis altos para os alojamentos que ficavam perto dos postos de trabalho (RGS, *Anuário*, 1893, p. 156). Nas semanas prévias à greve geral, a Diretoria de Higiene da cidade lançou uma campanha de limpeza dos cortiços. Inspectores de higiene percorreram a cidade, rua por rua, distribuindo veneno para ratos, visando reduzir as hordas de roedores e emitindo citações para que a população limpasse os pátios e reformasse as residências arruinadas. Só no mês de setembro, a cidade incinerou quase 5 mil ratos (*A Federação*, set./out. 1906; Telles, 1971, p. 75). Em Porto Alegre (como no Rio de Janeiro, naquela época), os esforços para sanear a cidade geraram ressentimento entre os pobres. A imprensa operária local declarava os inspetores de higiene como intrusos e denunciava seus atos de discriminação uma vez que eles se dirigiam principalmente às residências dos pobres, onde “eles sempre encontram alguma coisa errada, e quase nem olham para as dos ricos.” Mais que culpar os pobres pelas condições insalubres nas quais se viam forçados a morar, um repórter contestou, “que o governo deveria se preocupar para que os pobres não tivessem que morar em casas sem condições sanitárias” (*Avante*, 17 jul. 1908, p. 1).

Com o número crescente de indigentes, aumentou a preocupação com a crescente desordem urbana em potencial. Um observador indignado descreveu os habitantes dos cortiços como vivendo “a maioria deles sem família” em “promiscuidade repugnante” (RGS, *Anuário*, 1893, p. 156). Jornalistas e intelectuais reagiram à visibilidade dos pobres urbanos condenando sua conduta como uma influência que corrompe o progresso da cidade. Grupos de garotos começavam a percorrer as ruas da cidade, com aumento da criminalidade juvenil e causavam indignação pública. No mercado público, do lado dos cais, estivadores, diaristas, brigões e desempregados gritavam obscenidades e empurravam pedestres alarmados, empunhando facas, se agrupavam ao redor de rodas de capoeira, colocando um vigia para alertar sobre algum policial patrulhando a área (*O Independente*, 11 nov. 1906, p.1; Vargas, 1994, p. 25-42).

Para piorar as coisas, a pobreza urbana em 1906 atingiu níveis sem precedentes, já que o interior do Rio Grande do Sul sofreu os sucessivos desastres naturais. Conforme o jornal *O Independente*, “a seca queimou o interior, depois nuvens de gafanhotos devoraram o pouco que a seca tinha deixado; os campos férteis secaram; os pastos não sustentavam mais seus rebanhos; lavradores abandonaram o campo e se dirigiram às cidades” (*O Independente*, 25 out. 1906, p. 1). Em toda Porto Alegre, a fome se fez sentir, e os mendicantes proliferavam. Eles iam de porta em porta no centro e de assento em assento nos bondes. Ficavam na entrada dos cafés (*O*

Independente, 18 out. 1906, p. 1). A mendicância passava, então, a ocupar seu lugar na cena urbana no momento em que a greve estava prestes a começar.

O caminho à greve geral

Em setembro de 1906, um grupo de marmoristas escreveu o prólogo da greve geral de outubro. Apesar de alguns socialistas terem tentado construir uma possibilidade de participação na política eleitoral entre os trabalhadores da cidade desde o advento da República, os marmoristas aplicaram táticas de ação direta. Essas idéias anarquistas foram introduzidas na metade dos anos de 1890 quando famílias vindas da Colônia Cecília, do Paraná, se estabeleceram em Porto Alegre, e ganharam atenção quando a política autoritária da República se solidificou.¹⁰ Os marmoristas, como muitos dos artesãos, possuíam suas próprias ferramentas, e tinham qualificação, o que os tornava difíceis de serem substituídos, e esperavam ser tratados com um mínimo de dignidade. Mas trabalhavam 11 horas diárias (Marçal, 1985, p. 79). Por esse motivo, o objetivo principal dos trabalhadores era não um aumento de salário, mas sim, a diminuição da jornada de trabalho.

Os marmoristas começaram a negociar diretamente com seu empregador, o proprietário da Casa Aloys Friedrichs. Em uma carta, datada de 26 de agosto, se identificavam como classe operária, justificando sua exigência de uma jornada de oito horas com base em que essa medida lhes daria “algum tempo para o desenvolvimento moral e intelectual da classe trabalhadora”. Deixavam claro que entendiam a classe trabalhadora como uma categoria que transcendeu sua pequena cidade, no Sul do Brasil. De fato, se proclamavam participantes da recente tendência em direção a jornadas mais curtas “em quase todas as partes do mundo civilizado”. Sua carta respeitosa, cordial, não evidenciava hostilidade ou ardor revolucionário, considerando Friedrichs como um “homem honesto”, “laborioso e condescendente com tudo que é justo e que sempre nos tem tratado bem” (Fagundes, Ketzer; Kummer; Stephanou; Pesavento, 1987, p. 271-272). Essas frases atendiam à imagem paternalista cultivada por muitos empresários de Porto Alegre (Pesavento, 1988). Apesar disso, os trabalhadores mostraram sua determinação. A carta avisava que sem uma resposta favorável, eles precisariam “tomar uma resolução diferente.” Friedrichs escolheu não ser um pai benevolente para com seus trabalhadores. Sem ceder, ele os deixou seguir esse caminho.

Durante a greve, os marmoristas proclamaram sua solidariedade, dignidade e identidade como artesãos qualificados, enquanto Friedrichs mostrava pouco do empregador que sempre tinha tratado bem seus funcionários. Intransigente na primeira semana, depois, declarou uma jornada de nove horas com um severo ultimato: se os trabalhadores rejeitassem sua proposta, poderiam ir um a um pegar suas ferramentas. Apesar de uma jornada de nove horas representar um ganho importante para os grevistas, eles continuaram exigindo as oito horas e chamaram seu chefe de autoritário e rígido quando esse se recusou a ceder. As relações ficaram mais tensas quando os trabalhadores foram abordados não pela polícia, mas sim, pelos “capangas” do empregador. Temerosos de mais violência, mas determinados a manter sua posição, os grevistas foram em bloco para pegar suas ferramentas. Apreensivo, Friedrichs lhes negou a entrada e as ferramentas e pediu proteção policial. Os trabalhadores convenceram a polícia de que estavam somente reclamando aquilo que lhes pertencia de direito e, quando a polícia cedeu, eles entraram calmamente, pegaram seus pertences e saíram (*A Luta*, 13 set. 1906, p. 2). Quando a greve já durava três semanas, “trabalhadores de todas as classes” se uniram aos representantes de várias associações de trabalhadores em uma demonstração de apoio a dez grevistas que partiram para trabalhar no Rio. O resto se manteve solidário por quase todo o mês de setembro (*A Luta*, 13 set. 1906, p. 2; 29 set. 1906, p. 2; Marçal, 1985, p. 19).

A greve dos marmoristas forneceu a primeira amostra de interação entre a formação de classes e as identidades étnicas. O novo sindicato era liderado pelo imigrante italiano anarquista Henrique Faccini, membro de uma das famílias da antiga Colônia Cecília (Borges, 1993, p. 77-79). Sua oposição a um empresário de origem alemã acrescentou uma dimensão de fricção étnica à greve. Aloys Friedrichs não era só um membro da comunidade de fala alemã, ele era também um líder importante dessa comunidade. Nascido na Alemanha, Friedrichs tinha adotado cidadania brasileira logo após sua chegada ao Brasil e se considerava profundamente brasileiro, ainda que continuasse se orgulhando de sua herança alemã. Desde 1893 ele era presidente da Associação de Ginástica da cidade, que trouxe a prática da ginástica da Alemanha para o Rio Grande do Sul, e também organizava concertos, peças de teatro e festividades de todos os tipos para a comunidade de origem alemã (Roche, 1959, p. 484).

O eventual acordo da greve dos marmoristas resultou da solidariedade dos grevistas, da incapacidade de seu empregador em substituir a mão-de-obra em um mercado local limitado e das negociações do líder socialista de longa data, o tipógrafo mulato, Francisco Xavier da Costa, que tinha laços

com a comunidade de fala alemã (*A Luta*, 15 dez. 1906, p. 2). Os grevistas ganharam a jornada de oito horas que reivindicavam e a promessa de que não seriam despedidos. Mas a redução em horas veio com uma redução no pagamento, para alguns trabalhadores. Os polidores de mármore ganharam um aumento de 10%, mas os trabalhadores que eram pagos por hora, baseados em uma taxa de dez horas por dia, ficaram com o salário reduzido. Como as exigências originais dos grevistas tinham excluído essa possibilidade, a vitória dos trabalhadores foi limitada. Nem Friedrichs perdeu tempo em querer voltar atrás no acordo. Depois do acordo, tentou se desfazer dos causadores de problemas, indo para Buenos Aires procurar outros trabalhadores para substituí-los. Seus esforços foram frustrados quando os trabalhadores de lá tomaram uma atitude de solidariedade com os grevistas (*A Luta*, 10 out. 1906, p. 2). Mesmo que a vitória tenha sido qualificada, a greve dos marmoristas mostrou dois elementos principais da greve geral a serem observados: a concorrência entre anarquistas e socialistas disputando a liderança das organizações dos trabalhadores e as tensões entre as comunidades étnicas italiana e alemã. Uma vez feito o acordo, o jornal anarquista *A Luta* considerou os marmoristas como heróis por terem dado o primeiro passo na eventual “libertação” de Porto Alegre (*A Luta*, 10 out. 1906, p. 2).

A greve dos marmoristas desempenhou uma função catalítica na formação da classe local em 1906. Os grevistas chamaram os trabalhadores da cidade para se unir à luta, e deram o exemplo organizando um sindicato. Sua liderança inspirou um surto de solidariedade, estimulou a organização que culminou com a greve geral, e aumentou a concorrência entre lideranças anarquistas e socialistas. Quando o *A Luta* começou a ser publicado, em meados de setembro, ele proclamou a greve dos marmoristas como um “sinal de rebate acordando outros” (*A Luta*, 29 set. 1906, p. 2). No dia 9 de setembro, os pedreiros e trabalhadores de fábricas de chapéus responderam ao chamado organizando seus próprios sindicatos. Os fundadores da União dos Pedreiros eram o socialista Xavier da Costa, seu amigo, o socialista italiano José Macchi, e um sindicalista italiano, Luiz Derivi. Os trabalhadores da indústria de chapéus estavam representados por um italiano e dois trabalhadores alemães (Borges, 1993, p. 78; Marçal, 1985, p. 93-99). Também começaram a se organizar os trabalhadores têxteis e alfaiates e a União dos Metalúrgicos foi incentivada a entrar em ação.

A resposta organizacional mais significativa foi a fundação, no final de setembro, da Federação Operária do Rio Grande do Sul (Forgs) sob a direção de Xavier da Costa. Além da manifestação de apoio aos marmoristas, que tinham partido da cidade, outros dois eventos públicos mobilizaram os

trabalhadores para criar a Forgs. O primeiro utilizou as celebrações do dia 20 de setembro de 1835 (Revolução Farrroupilha). Naquele dia, em 1906, “a classe trabalhadora” realizou suas próprias celebrações. A Xavier da Costa se uniram outros dois líderes no desenrolar da greve geral: José Zeller-Rethaler e Carlos Cavaco.

O metalúrgico Zeller-Rethaler era conhecido de Xavier da Costa como um velho militante socialista que ajudou a fundar a Associação Geral dos Trabalhadores da cidade (*Allgemeiner Arbeiter Verein* – AAV) em 1892, o Partido Socialista do Rio Grande do Sul, em 1897 e o Partido Operário e a União dos Metalúrgicos, ambos em 1905. Na época da greve geral, ele havia sido eleito presidente da AAV (*Petit Journal*, 25 set. 1906, p.1).

Cavaco (Custódio Carlos de Araújo) não era operário. Nascido em Livramento, na fronteira com o Uruguai, em 1878, lutou na guerra civil nos anos de 1890, foi para a Escola Militar do Realengo no Rio e se mudou para Porto Alegre em 1905, aos vinte e sete anos, para lançar sua brilhante carreira de advogado, escritor, poeta e socialista. Cavaco logo se tornou amigo e companheiro constante de Xavier da Costa, trabalhando como jornalista primeiro, para o semanário socialista *A Democracia* e a *Gazeta do Comércio* e, em 1906, como co-editor, junto com um dissidente republicano, do *Petit Journal* (Caggiani, 1986, p. 20-187).

Em 23 de setembro, numa tarde de domingo, Xavier da Costa e Cavaco se encontraram naquela que foi proclamada como uma grande reunião pública da classe trabalhadora, lotando a Praça da Alfândega. Cavaco denunciou então a ordem estabelecida que causava o sofrimento dos trabalhadores e confirmou sua reputação de orador ardoroso. Levado desde sua residência por oito trabalhadores, Cavaco subiu em banco para fazer “um forte discurso revolucionário” que *A Luta* relatou como “continuamente interrompido pelas palmas da multidão”. Apontando para exemplos dos movimentos dos trabalhadores alemães e franceses, rejeitou tentativas locais fracassadas para eleger um representante socialista e solicitou a fundação imediata de uma federação regional dos trabalhadores. Os trabalhadores deveriam ir às barricadas se fosse necessário, dizia, e “dirigir-se a seus chefes com um ramo de oliveira na mão esquerda e uma dinamite na direita” (*A Luta*, 29 set. 1906, p. 2). Depois dos discursos, Xavier da Costa e Cavaco conduziram uma multidão pela rua principal gritando “vivas” para a revolução social e à classe trabalhadora. No final da marcha, ambos falaram em um sindicato local para uma audiência de acadêmicos militares e civis, famílias, jornalistas e autoridades do governo – tudo em “muita ordem” (*Petit Journal*, set./out. 1906).

A fundação da Forgs apoiava-se na base organizacional já estabelecida entre os trabalhadores de fala alemã e socialistas, que a fizeram, de certo modo, sucessora da Liga Operária Internacional, fundada por Xavier da Costa e por outros socialistas em 1895 e que permaneceu ativa por uns cinco anos. Se os anarquistas foram deixados de lado na fundação da Forgs, ou se eles não quiseram participar é um ponto de discussão. Eles tinham sua própria base organizacional na União Operária Internacional, fundada em 1905 e, portanto, a fundação da Forgs era, em parte, um movimento de oposição a eles. As subseqüentes declarações de anarquistas de que Xavier da Costa e Cavaco não tinham um papel fundamental na greve geral não apresentam embasamentos suficientes. Ambos discursaram em grandes comícios de trabalhadores mais de uma semana antes do início da greve geral, ambos se reuniram com grevistas de cinco fábricas no primeiro dia da greve. Comitês de trabalhadores se dirigiam a eles durante a greve, procurando orientações. Xavier da Costa e Cavaco também falaram em separado a pedreiros, marceneiros metalúrgicos, padeiros, estivadores e barqueiros. Eles eram aclamados por diferentes grupos de trabalhadores e por passageiros de bondes que passavam. Em uma ocasião, uma multidão carregou Cavaco nos ombros. Os dois claramente tiveram papel importante na orquestração do movimento da greve para que ela tivesse uma estrutura organizacional centralizada, com uma diretoria geral, comitês centrais e comitês representativos. Eles também tentaram afastar os anarquistas do movimento grevista (*Petit Journal*, set./out. 1906).

No final do mês de setembro, à Forgs somavam-se as organizações de trabalhadores existentes em Porto Alegre. Além da anarquista União Operária e os Sindicatos dos Marmoristas, dos Pedreiros e dos Fabricantes de Chapéus, havia, agora, também duas organizações étnicas de trabalhadores – uma alemã e uma polonesa – bem como organizações de tipógrafos, gráficos, metalúrgicos, padeiros e carpinteiros (*A Luta*, 13 set. 1906, p. 3). Sobre essas poucas organizações foi construída a greve geral.

Vários motivos influenciaram os milhares de trabalhadores que pararam as fábricas e oficinas de Porto Alegre durante a Greve dos 21 dias em outubro de 1906. Os militantes tinham se inspirado na recente greve no Centro-Sul do Brasil e no Primeiro Congresso Operário realizado no Rio, em abril, e estavam motivados pela greve local dos marmoristas. O primeiro grupo a se declarar em greve descobriu o entusiasmo generalizado pelas oito horas diárias, devido ao horário extenso de trabalho local e condições econômicas propícias. Alguns grevistas chegaram a expressar certeza de que não haveria repressão séria, declarando que os policiais tinham medo deles, e que os trabalhadores representavam “uma força eleitoral respeitável

que o governo tem interesse em não desgostar” (*Correio do Povo*, 11 out. 1906, p. 1; *Petit Journal*, out. 1906).¹¹ Os críticos da greve, por sua parte, declaravam que muitos trabalhadores ficavam fora de seus locais de trabalho devido ao medo e à intimidação por parte dos grevistas. Motivos mais profundos e complexos também poderiam ser encontrados nas estruturas de classes da cidade, grupos étnicos e de gênero, que estavam mudando, e na forma como os trabalhadores respondiam a tudo isto.

Quem participou da greve geral? Realidade e representação

Os artesãos especializados começaram a greve geral, a espalharam e a mantiveram. Poucas das muitas oficinas da cidade funcionaram durante a greve. Até nas fábricas, muitos dos trabalhadores eram, na verdade, artesãos ou trabalhadores altamente qualificados mais do que membros do proletariado industrial. Na fábrica de móveis Kappel e Arnt, por exemplo, muitos dos 120 trabalhadores que aderiram à greve eram marceneiros e carpinteiros especializados, que utilizavam suas próprias ferramentas e que tinham reservas econômicas. Os trabalhadores da maior fábrica de calçados eram sapateiros qualificados pagos por pares produzidos, e não por hora ou dia. Muitos trabalhadores grevistas de uma fábrica de banha eram trabalhadores especializados, cujo empregador lamentava só poder substituí-los por estrangeiros vindos da Europa ou dos Estados Unidos (*Correio do Povo*, out. 1906; *Gazetinha*, 7 abr. 1898, p. 1; *A Luta*, 7 set. 1907, p. 3; 15 nov. 1906, p. 1). A grande participação de trabalhadores qualificados que sabiam que não poderiam ser substituídos facilmente no limitado mercado local é uma das explicações mais importantes de sua determinação em manter a greve. O *Correio do Povo* reconheceu esse fator fazendo notar que os trabalhadores altamente qualificados, em greve, “sabem perfeitamente o quanto valem e que para substituí-los só mandando vir outros da Europa” (*Correio do Povo*, 18 out. 1906, p. 1). Até a maior fábrica metalúrgica da cidade, símbolo da modernidade e do progresso, utilizava um sistema de contratação interna que consistia em contratar metalúrgicos qualificados que poderiam levar seus assistentes para trabalhar dentro da fábrica para completar um trabalho determinado por um preço pré-estabelecido – onde o contratado determinaria o pagamento a seus assistentes (*A Luta*, 1º jul. 1907, p. 2). Mas o tratamento autoritário e as condições de trabalho deploráveis às quais os artesãos se encontravam submetidos, cada vez mais, eram muito diferentes daquelas das pequenas oficinas familiares que estavam em sua memória. Aqueles que tiveram de trocar a oficina pela fábrica, viram em risco sua autonomia e independência, o controle sobre seu trabalho, as relações sociais habituais, e as esperanças de uma ascensão social.

A extensão da greve geral, desde os artesãos até os operários não especializados, foi paradoxalmente a chave de seu sucesso assim como uma fonte de fraqueza. Quanto mais a greve se alastrava, mais heterogêneo era o grupo que fazia parte dela (*Correio do Povo*, 18 out. 1906, p. 1). Enquanto mais tarde o *A Luta* defendia a greve como uma vitória dos trabalhadores, admitia também, que muitos deles o fizeram não porque sentiam solidariedade, mas porque foram atraídos só “pela corrente mágica de palavras bombásticas proferidas por oportunistas” (*A Luta*, 28 out. 1906, p. 2; 22 fev. 1907, p. 1). Nesse estágio inicial do crescimento industrial, a consciência de classe era baixa ou inexistente. Como um trabalhador da indústria têxtil respondeu francamente para marmoristas que pediam solidariedade: “Quê que eu tenho a ver com os marmoristas?” (*A Luta*, 13 set. 1906, p. 2).

Nas imagens que os defensores do capital e da propriedade criaram para desacreditar a greve geral, os operários comuns desapareceram – e com eles todo o crescimento da produção fabril que perturbou a cidade. A grande imprensa identificava os grevistas como sendo estritamente artesãos e artesãos tão prósperos e confortáveis que não teriam motivos válidos para reclamar. O *Correio do Povo* garantia que “operários, propriamente, são raros os que estão em greve.” Os artesãos podiam fazer greves porque “têm economias, moram em casas de sua propriedade, possuem terrenos e dispõem enfim de recursos para resistirem ainda uns dois meses” (*Correio do Povo*, 18 out. 1906, p. 1). Com o prolongamento da greve, esse argumento desenvolvia uma lógica circular reconfortante: nós não temos miséria em Porto Alegre, porque os grevistas nunca poderiam manter seu protesto se sua miséria fosse real. Esse mito do trabalhador abastado não era novo. Quase uma década antes, o jornal *Deutsche Zeitung*, de Porto Alegre tinha descartado as reclamações dos trabalhadores afirmando que, enquanto o socialismo era justificável na Alemanha, o mesmo era “inoportuno” no Rio Grande do Sul, onde os operários “freqüentemente viviam melhor que o patrão” (*Gazetinha*, 16 mai. 1897, p. 2). O mito tornou-se irônico quando muitos artesãos sentiram que o pouco que tinham conquistado com o trabalho nas oficinas começava a desaparecer.

As circunstâncias de vida dos artesãos da cidade eram apresentadas de forma diferente no periódico anarquista *A Luta*. Para combater a representação errônea da vida dos trabalhadores por parte dos interesses burgueses, *A Luta* documentou as condições miseráveis em que viviam e trabalhavam os operários da cidade. O jornal contradizia a “piada da burguesia de que nosso meio ainda não comporta as lutas operárias como em outros centros mais avançados industrialmente – temos a mesma miséria, a mesma tristeza e macilentas faces..., crianças fracas e operários adultos na

escuridão das oficinas, doentes, mas forçados a trabalhar” (*A Luta*, 13 set. 1906, p. 2). O *A Luta* situou a maior parte das desumanidades e injustiças sofridas pelos trabalhadores no mundo hostil das novas indústrias. Em contraposição à pequena oficina, onde o proprietário, freqüentemente, trabalhava junto com os artesãos, via surgir a nova e hostil figura do capataz que se impunha entre o trabalhador e o proprietário, enquanto este se retirou da presença dos trabalhadores. Essa mudança parecia mais ameaçadora ainda quando vinha acompanhada pelas máquinas modernas. Na maior fábrica de calçados da cidade, com 250 operários, houve reclamações de que o capataz e seu assistente se recusavam a manter o equipamento em condições de segurança para o trabalho, impediam que os operários fizessem os consertos, e eram os culpados quando três trabalhadores ficaram gravemente feridos por máquinas sem manutenção. Esses casos destacam o significado da perda do controle das ferramentas, por parte dos trabalhadores. Um outro fator que separava os trabalhadores do mito do artesão feliz era a distância crescente entre os ganhos dos proprietários e os dos operários. O *A Luta* citou o caso de um proprietário, cujos ganhos eram cinqüenta e seis vezes maior do que os de alguns de seus trabalhadores (*A Luta*, 2 jan. 1907, p. 2; 1º jul. 1907, p. 2).

Os editores d’*A Luta*, também, desafiaram a imagem convencional de relações paternalistas benevolentes entre os patrões e seus operários. Relatando o caso de dois trabalhadores da indústria do mobiliário, que foram demitidos após sofrerem ferimentos, em acidentes de trabalho, o *A Luta* apontava, sarcasticamente, para o fato de que o gerente da fábrica se dizia “o pai dos operários”, mas que “esse generosíssimo pai não tinha pago nada por seus ferimentos” (*A Luta*, 15 dez. 1906, p. 3). Se as relações entre patrões e empregados refletiam de alguma forma as relações entre pais e filhos, era para humilhar e diminuir o trabalhador. Um trabalhador de empresa de bondes relatou a humilhação que ele e seus companheiros sofriam: “Alguns fiscais nos xingam na frente dos passageiros, como se fôssemos crianças, quando não nos sacrificam economicamente como querem” (*A Luta*, 13 set. 1906, p. 1). A lição parecia ser de que os trabalhadores que aceitavam ser tratados como crianças poderiam esperar pouca proteção econômica como retorno.

Enquanto os trabalhadores sem especializações desapareceram nos relatos da elite, reapareceram nas páginas do *A Luta*. Esse jornal registrou que artesãos qualificados estavam sendo reduzidos ao mesmo nível dos novos trabalhadores sem especialização. Por meio da representação das duas categorias como submetidos à mesma miséria, os anarquistas tentaram sublinhar a necessidade de uma luta comum por melhorias na vida dos

trabalhadores. Os dois grupos sofriam nas mesmas circunstâncias: um ambiente de trabalho com condições desumanas e injustas, longe da harmonia e da igualdade do que poderia ser chamado de um *remembered workshop*.¹² Ambos os grupos sofriam longas e extenuantes jornadas de trabalho de 11 e 12 horas (os trabalhadores dos bondes chegavam a 18). Jornadas intermináveis os deixavam fisicamente enfraquecidos, deprimidos e propensos ao alcoolismo, sem o tempo necessário para se dedicar aos estudos e à família. Alguns artesãos estavam em situação até pior do que a dos operários de fábricas: os gráficos eram obrigados a começar o trabalho às 8 da manhã e não o terminavam antes das 2, 3 ou 4 horas da manhã do dia seguinte. As oficinas podiam ser tão pouco saudáveis quanto às fábricas: eram escuras, úmidas e sem ar. Além disso, em Porto Alegre, haviam fábricas e oficinas com trabalhadores que reclamavam que não tinham acesso às necessidades humanas básicas, como água limpa para beber (*A Luta*, 29 set. 1906, p. 2-3).

Tais representações delineavam a divisão de classes em Porto Alegre nos tempos da greve geral. Mas, assim que mais trabalhadores começaram a desenvolver algum senso de fazer parte duma classe econômica, muitos tiveram de conciliar sua identidade nova de classe com as identidades pré-existentes enraizadas na etnicidade.

Comunidades étnicas e classes sociais

Padrões de classe e etnicidade em Porto Alegre

Os observadores da greve geral ficaram surpresos com a “qualidade estrangeira” dos trabalhadores da cidade assim como com a diversidade de culturas entre os participantes. Uma grande maioria dos trabalhadores de Porto Alegre era de estrangeiros ou filhos de imigrantes (*A Luta*, 22 fev. 1907, p. 3). Um comentarista ficou surpreso ao ver como os grevistas dos “novos bairros populosos” eram “população mesclada, variegada”, e como “suas diversas línguas, costumes e idéias se entrecrocaram, mas todos queriam uma coisa homogênea.” (*Correio do Povo*, 7 out. 1906, p. 2). Essa observação reconheceu o grau em que os trabalhadores estavam, paradoxalmente, divididos mas unidos. A greve ocorreu em um momento de rápida transformação, no qual as comunidades étnicas densas e autoconscientes do passado começavam a se transformar em comunidades mais heterogêneas com mistura de identidades de classe e etnicidade. A experiência da greve acelerou essa mudança. Assim, a greve geral de 1906 proporcionou uma oportunidade para examinar a maneira pela qual esses trabalhadores tentaram dar sentido aos significados cambiantes de etnicidade durante sua luta comum por uma jornada de 8 horas.

Ao longo do século XIX, o Rio Grande do Sul se tornou lar de milhares de imigrantes da Alemanha e da Itália, com um número menor de pessoas que chegavam de outros países da Europa. Muitos tinham se estabelecido em pequenas propriedades na zona colonial do Estado, ao norte e oeste da capital. Muitos outros se estabeleceram em Porto Alegre ou migraram para lá depois, provenientes da região colonial, ou enviaram alguns de seus descendentes para a cidade em gerações posteriores. O importante distrito industrial de Navegantes, por exemplo, cresceu assim que os artesãos migraram da colônia alemã de São Leopoldo para se unirem aos outros artesãos alemães que originalmente tinham se estabelecido na área. Observadores das primeiras fábricas se admiravam do cabelo loiro e dos olhos azuis dos trabalhadores e proprietários. Nos anos de 1890, em torno de 6 mil italianos eram responsáveis por, aproximadamente, 10% da população de Porto Alegre, entre eles, sapateiros e alfaiates, carpinteiros e fabricantes de móveis, funileiros e ferreiros, açougueiros e padeiros, carroceiros, pedreiros e trabalhadores da construção (Borges, 1993, p. 66- 80; Macedo, 1968, p. 103; Roche, 1959, p. 160; Constantino, 1991, p. 58-118). Muitos imigrantes e seus descendentes mantinham seus costumes e língua originais formando fortes comunidades étnicas. Em 1897, por exemplo, um juiz reclamou que a solidariedade étnica deturpou as provas de um conflito de rua com a polícia. Depois que um integrante de um grupo de trabalhadores espanhóis foi preso por ter brigado com um policial na frente de uma taverna espanhola, o resto gritava “vivas” para a Espanha e “morras” para o Brasil. Depois de ouvir declarações anti-espanhóis por parte de testemunhas brasileiras, não menos de 11 espanhóis relataram fatos contraditórios demonstrando que eram incapazes de “ouvir” ou “ver” alguma coisa que pudesse incriminar um dos seus.¹³ Muitos imigrantes da Itália, recentemente unificada, falavam dialetos regionais e não a língua oficial nacional e mantinham identidade étnica forte, baseada nas suas áreas de origem. Em 1904, um grupo de trabalhadores italianos de Porto Alegre escreveu para o Rei da Itália pedindo apoio para a fundação de escolas de língua italiana (Constantino, 1991, p. 17-151; *O Proletário*, 18 ago. 1904, p. 3). A exclusividade étnica tinha se pronunciado havia tempo entre os protestantes alemães, cuja fé estava muito ligada à cultura alemã e que os separava dos brasileiros, predominantemente católicos. Os protestantes defendiam fortemente sua herança etnocultural, enquanto que os alemães católicos tenderam a manter vínculos religiosos acima dos vínculos étnicos e estabelecer ligações mais próximas com os católicos de fala portuguesa do que com seus vizinhos de fala alemã que eram protestantes. No início do século XX, os protestantes constituíam quase dois terços da comunidade de fala alemã de Porto Alegre,

e alguns viam sua cultura e instituições como superiores as dos brasileiros. Um líder protestante alemão, o Dr. Wilhelm Rotermund, durante alguns anos, pregou a superioridade racial dos alemães e a pureza das raças. Ele declarou, em 1897: “Nós, alemães, somos uma elite e somente poderemos atingir nossa missão cultural se não nos misturarmos com os latinos” (Luebke, 1987, p. 36-43).¹⁴

Essas comunidades de imigrantes criaram numerosas associações étnicas que ajudaram a manter os laços étnicos. O senso de identidade étnica levou, como era de se prever, a fricção entre grupos étnicos. Em 1895, por exemplo, um grupo de italianos atacou o responsável por um jornal alemão que tinha condenado a celebração patriótica do aniversário da unificação italiana. Em outras ocasiões, violentas lutas aconteceram em clubes, com facas e armas, entre jovens lusos que dançavam e bebiam no Hotel da Europa e alemães que dançavam e cantavam no *Casthauzum Grünenbaum*. Em junho de 1906, um jovem russo, diarista, furioso com o tratamento recebido por parte dos italianos, roubou a um dos ofensores e matou um outro a facadas (*Gazetinha*, 30 jan. 1899, p. 2).¹⁵

A política reforçava significativamente a solidariedade étnica. Na comunidade de fala alemã, a política da Primeira República levou o partido do governo a apoiar a manutenção da cultura alemã. Nos últimos anos do Império brasileiro, depois de uma campanha que incentivava os falantes de alemão a adotarem nacionalidade brasileira, votar e organizar-se como força política, quatro alemães foram eleitos para a Assembléia Provincial. Com o advento da República, o líder autoritário do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), Júlio de Castilhos exigiu apoio político incondicional dos alemães da região, oferecendo-lhes, em troca, autonomia cultural. Apesar de Castilhos consolidar o controle do Estado sob o PRR em 1897, a oposição federalista já tinha lançado raízes durante a guerra civil na região (1893-1895). Com os de fala alemã formando uma quarta parte dos votantes registrados no Estado, Castilhos os dividiu em três distritos eleitorais diferentes (Luebke, 1987, p. 66-67; Roche, 1959, p. 556). Essa tática evitava que eles formassem um bloco homogêneo e explorava seu voto manso para manter a máquina política autoritária do PRR. Assim, a manutenção do eleitorado politicamente submisso e eleitoralmente útil que era a comunidade alemã, se tornou um componente-chave do sistema político castilhista. Anos mais tarde, o sociólogo Gilberto Freyre reconheceu e condenou o objetivo político que estava por trás da cultura étnica germânica: “Os descendentes de alemães tinham liberdades ou privilégios que eram inteiramente incompatíveis com a unidade básica da cultura brasileira [...] por políticos que precisavam dos votos dos alemães para dominar ou controlar seu estado particular” (Freyre, 1966, p. 102).

Esse intercâmbio de concessões políticas em favor da autonomia étnico cultural foi colocado em risco na virada do século quando o Pan-germanismo e o medo do “perigo alemão” preocuparam o Brasil. Em 1904, amostras da retórica pan-germana de jornais alemães apareceram no *Correio do Povo* de Porto Alegre, proclamando que a esfera de influência do *Reich* se estendia até o Rio Grande do Sul. O furor foi alimentado por notícias de dois incidentes diplomáticos: a intervenção alemã de 1904 na crise da dívida da Venezuela e a alegada violação da soberania brasileira por marinheiros do navio de bandeira alemã *Panther*, em Santa Catarina, em 1905. O órgão de imprensa oficial do partido do PPR, *A Federação*, publicou a retórica pan-germana em 1905. Alguns líderes da comunidade alemã de Porto Alegre fizeram questão de aclamar os sentimentos antigermânicos e afirmaram sua lealdade ao Brasil. Em 1904, fundaram um novo semanário, o *Rio Grandenser Vaterland*, cujo nome proclamava a lealdade dos teuto-brasileiros ao Estado do Rio Grande do Sul. Políticos locais apoiaram o jornal e sua oposição às causas pan-germânicas (Luebke, 1987, p. 71-74).

Em julho de 1904, algumas sociedades alemãs de Porto Alegre organizaram uma recepção de gala para um representante das associações de emigrantes alemães de Hamburg, que procurava desarmar os medos brasileiros do perigo alemão. Considerando o “perigo” como uma quimera, exortou a comunidade a rejeitar o exclusivismo unindo-se aos brasileiros em geral e aos rio-grandenses em particular, enquanto preservava sua língua e costumes. O governador Antônio Augusto Borges de Medeiros, junto com um contingente de representantes do Estado e federais, afirmou como resposta que não tinha medo do perigo alemão, uma criação de mentes preconceituosas. Ele assegurou que não tinha pedido aos descendentes alemães que renunciassem à terra de seus pais, às suas tradições e à sua língua. Eles deveriam prestar honras à sua terra de origem porque ao fazê-lo estariam honrando, também, o Rio Grande do Sul (Romero, 1979, p. 250-252). Os receios ao pan-germanismo colocaram os defensores do acordo entre o PRR e a comunidade étnica alemã na defensiva quando os trabalhadores alemães estavam a ponto de assumir um papel importante na greve geral de 1906.

A forte migração estrangeira afetou a industrialização na região de forma similar em alguns pontos e muito diferente em outros, com respeito ao resto do Brasil. Os proprietários de fábricas de Porto Alegre se assemelhavam com os de outras cidades industrializantes do Brasil na sua preferência por contratar trabalhadores de origem imigrante. O proprietário alemão de uma grande fábrica de meias na cidade não contratava brasileiros de jeito nenhum. Em outro caso, um empregador que discutia a substituição

de trabalhadores grevistas na sua fábrica considerou que as únicas fontes possíveis seriam a zona colonial e os países europeus. Diferentemente da situação em São Paulo, onde os trabalhadores das indústrias na virada do século eram quase todos italianos, e os empresários eram muitas vezes brasileiros, em Porto Alegre, muitos dos proprietários das oficinas e fábricas eram imigrantes alemães ou seus descendentes, junto com alguns poucos italianos (*A Luta*, 28 out. 1906, p. 3; Pinheiro; Hall, 1979, p. 30-31). Os empresários, freqüentemente, contratavam seus conterrâneos, dividindo o mercado de trabalho local em linhas étnicas para o benefício do capital, acentuando a solidariedade étnica e camuflando as diferenças de classe. As barreiras lingüísticas, que isolavam os trabalhadores imigrantes da população de fala portuguesa, reforçavam os laços culturais entre proprietários e operários. Por exemplo, em 1898, a polícia local procurando prender um trabalhador pertencente ao grupo étnico alemão, entrou em uma fábrica de confecções do Navegantes, pertencente a Max e Ernesto Neugebauer. Encontrando um padeiro que não falava Português e depois a esposa alemã de um dos proprietários, a polícia insultou os alemães em geral e ameaçou prender todos os funcionários da fábrica. Um contramestre alemão, que falava Português, interveio. Nos dois dias seguintes, os trabalhadores ficaram com medo de ir trabalhar, enquanto o dono se dirigiu ao cônsul alemão para assegurar a proteção de seus interesses e os de seus conterrâneos.¹⁶

Linhas claras dividiam então os trabalhadores brasileiros dos estrangeiros. Os primeiros eram cientes da preferência dos empresários pelos trabalhadores imigrantes, e pelo menos alguns se ressentiam com isso. Na virada do século, um trabalhador nato reclamou que os brasileiros podiam ser vistos em Porto Alegre “procurando trabalho de um lado a outro, nas ruas, durante dias, semanas ou meses sem encontrar”, enquanto que os empresários os chamavam de vagabundos e o estrangeiro os “aponta e faz galhofa” quando pediam trabalho. Ele alegou que os estrangeiros, particularmente os italianos, tinham uma preferência injusta na construção privada e nas obras públicas: os estrangeiros “gozam de todos os privilégios enquanto que o trabalhador nato é tratado com indiferença e xingado tanto pelos estrangeiros quanto pelos descendentes”. Ele culpou explicitamente o governo do Estado de ter falhado tanto em permitir que os estrangeiros entrassem nas cidades quanto de não tê-los enviado de volta para a Europa e alertou os trabalhadores brasileiros para que ressissem às falsas promessas eleitorais feitas pelos políticos responsáveis pela perda de seus empregos (*Gazetinha*, 22 dez. 1899, p. 2). O líder socialista Xavier da Costa tentou ir contra essa visão, que atribuiu a um mesquinho “espírito de raça”: “devemos todos abolir de nosso íntimo esse preconceito ridículo de nacionalidade”,

ele escreveu, “somos uma e a mesma coisa aqui ou ali [...]. Na condição de trabalhar para ter o que comer [...]. Que direito especial quer pois o companheiro arrogar para o obreiro nascido neste país, em relação ao nascido em outras terras?” (*Gazetinha*, 23 dez. 1899, p. 2).

A grande proporção de empresários e trabalhadores não lusos criou uma relação entre classes e etnicidade em Porto Alegre bastante atípica no Brasil. Essa relação fragmentou a mão-de-obra em muitas linhas étnicas e estimulou alguns trabalhadores a ver os patrões como conterrâneos, cujos serviços podiam conseguir proteção por parte de autoridades que não pertenciam aos grupos étnicos. Por um lado, quando um grande número de trabalhadores se mostrou disposto a participar da greve geral de 1906, eles mostraram que esta tendência estava sendo enfraquecida pelo aumento da produção fabril e o aumento da diferenciação de classes. Por exemplo, o cônsul italiano lamentou que, nessa época, muitos italianos em boa situação econômica “viviam freqüentemente em ambiente separado” como se não fossem “parte da vida coletiva dos seus compatriotas” (Constantino, 1991, p. 51). De forma similar, em hotéis, cafés, chalés e cervejarias da cidade, prósperos imigrantes alemães e seus descendentes se misturavam cada vez mais com os brasileiros das classes alta e média. Assim, o fato de apreciarem juntos a boa qualidade de sua cerveja promovia camaradagem e compreensão mútua (Ferreira, 1974, p. 189-199). Por outro lado, a greve foi significativa na medida em que forçou os empresários a demonstrar inequívoca e publicamente até que medida seus interesses de classe eram superiores a qualquer solidariedade étnica que os trabalhadores pudessem achar que existia.

Etnicidade e organização do trabalho

Dada a força das comunidades étnicas em Porto Alegre, não é de surpreender que a etnicidade marcasse as primeiras tentativas de organização dos trabalhadores. Depois de um encontro de uns 200 trabalhadores de várias nacionalidades, no Teatro São Pedro, em março de 1892, duas importantes organizações de trabalhadores se formaram: a *Allgemeiner Arbeiter Verein* (União Geral de Trabalhadores), fundada por e para trabalhadores alemães e a *Liga Operária Internacional*, formada por italianos, segundo acordo com membros da AAV. Ambas se reuniam na casa de um velho imigrante alemão. Os ativistas viam os dois grupos como centros socialistas complementares e chamavam os trabalhadores para se unir a um ou a outro.¹⁷ Nos anos de 1890, a população polonesa de Porto Alegre tinha crescido junto com os milhares de alemães e italianos que habitavam a cidade e, em 1895, os tecelões em greve contra a Companhia Fiação e Tecidos Porto-Alegrense se dividiram em dois grupos: italianos e poloneses.

Em 1896, uma associação de trabalhadores poloneses e outra sueca foram fundadas. O contorno étnico dessa organização inicial ajudou a compensar os problemas criados pelas barreiras lingüísticas na cidade multiétnica. Em 1896, por exemplo, a Liga Operária Internacional tinha uma composição heterogênea de membros falantes de Português, Alemão e Italiano que não se entendiam entre eles. Os líderes da liga decidiram que era essencial intérpretes para que todos acompanhassem os procedimentos.¹⁸ Depois do Primeiro Congresso Operário Sul-Rio-Grandense realizado em Porto Alegre, em janeiro de 1898, os ativistas continuaram se dirigindo aos trabalhadores pelas suas identidades étnicas específicas, como num apelo para organizar um partido e votar “seja você alemão, polonês, italiano ou português” (*Gazetinha*, 9 jan. 1898, p. 2). Ao que parece, ser brasileiro não estava dentro das possibilidades. Em 1986, um editor sindical reclamava que tinha sido convocada uma reunião à qual ninguém teria comparecido, salientando que a mesma “era de operários nacionais, se vê logo, porque se fossem estrangeiros isto não se daria” (*O Proletário*, 26 jul. 1896, p. 2).

A etnicidade começou a funcionar de forma diferente nos primeiros anos do século XX, quando os anarco-sindicalistas começaram a organizar sindicatos por ocupação. Os imigrantes e seus descendentes constituíam a maioria daqueles que se uniram às associações de trabalhadores. Os grupos étnicos específicos, geralmente, fechavam com ocupações em especial e eram identificados com as mesmas. Os italianos eram os sapateiros, e os alemães metalúrgicos, chapeleiros e marceneiros. Conseqüentemente, assim que iam se formando os sindicatos, alguns ficaram sob controle de um único grupo étnico. Nessa altura, a única associação ocupacional onde os italianos predominavam era a Associação dos Sapateiros, fundada em 1901. A União dos Metalúrgicos, fundada um ano antes da greve geral, tinha somente membros alemães até 1910, era liderada por um fundador da AAV e se reunia na sede da AAV. As duas organizações, mais tarde, se uniram. A União dos Chapeleiros, formada durante a greve dos marmoristas, refletia o caráter germânico dos seus sócios e possuía somente um oficial que não era alemão (*A Luta*, 15 mar. 1907, p. 1; Marçal, 1985, p. 45-93; Borges, 1993, p. 77-78). Em ocupações que tendiam para a homogeneidade étnica, esses vínculos étnicos poderiam reforçar a solidariedade com o sindicato porque a identidade étnica e a incipiente identidade de classes podiam coexistir e se complementar mutuamente. Além disso, os vínculos étnicos poderiam equilibrar as divisões entre artesões e operários de fábricas.

Mas as diferenças ideológicas logo começaram a dividir os trabalhadores que partilhavam vínculos étnicos e ocupacionais. No início dos anos de 1890, as únicas vozes que desafiavam a ordem capitalista na

cidade tinham vindo de alguns socialistas, a maioria de origem alemã, que tinham se inspirado na história do trabalho na Alemanha. Quando o Partido Socialista Rio-Grandense se formou, em 1897, quase a metade de seus fundadores tinha nomes alemães. O líder socialista Xavier da Costa tinha sido educado por social-democratas alemães, e sua habilidade para ler e escrever em Alemão permitiu que ele atuasse como ponte entre os socialistas de fala portuguesa e os de fala alemã. O jornal socialista que ele editou tinha uma seção alemã que era dirigida a essa comunidade (Jardim, 1990, p. 46-95). Ainda quando o socialismo rio-grandense assimilou outras etnias, manteve uma coloração germânica. Na fundação do Partido Socialista do Rio Grande do Sul em 1897, os hinos socialistas eram cantados em três línguas: Português, Alemão e Italiano, representando os três grupos étnicos dominantes, e foi eleito um triunvirato para liderar o grupo, com representação das três etnias. As colunas da fundação do partido apareceram na imprensa local em Alemão e Italiano, e o manifesto do partido foi impresso em uma página com formato dividido: a metade da página em Português e a outra metade em Alemão. Em 1905, quando os socialistas da cidade fundaram o Partido Operário do Rio Grande do Sul, eles o moldaram a partir dos antecedentes germânicos (*Gazetinha*, 20 maio. 1897, p. 2; 1º maio 1897, p. 2-3; Petersen; Lucas, 1992, p. 132).

Em oposição, o anarquismo em Porto Alegre teve sua liderança inicial a partir dos imigrantes italianos. Como testemunhou um líder anarquista, as famílias italianas vindas da Colônia Cecília em 1894 e 1895 “intrometeram-se logo no movimento operário local e aí imediatamente fizeram sentir sua ação”. Eles atuaram como um grupo no Primeiro Congresso Operário Sul-Rio-Grandense (presidido por Xavier da Costa), introduzindo as táticas de boicote e sabotagem e fundando o Grupo de Estudos Sociais e o Grupo dos Homens Livres antes de 1900 (Jardim, 1990, p. 85; Marçal, s/d., p. 17). No grupo dos anarquistas estava um dos tipógrafos que organizou a União Tipográfica e o líder do Sindicato dos Marmoristas. Os anarquistas se baseavam em modelos franceses e atraíam muitos imigrantes italianos. Quando começaram a publicar o *A Luta*, em setembro de 1906, a abundância de assinantes de origem italiana indicava que o anarquismo tinha ainda um embasamento na comunidade italiana, assim como em outros lugares (*A Luta*, 13 set. 1906, p. 1-3; Borges, 1993, p. 73-87; Jardim, 1990, p. 47).

Os socialistas e anarquistas, que tinham trabalhado juntos no final dos anos de 1890, começaram a se desentender cada vez mais depois de 1900, e sua concorrência para obter o controle sobre a organização dos trabalhadores influenciou a dinâmica da greve geral de 1906. Os gráficos anarquistas, por exemplo, se separaram da associação de gráficos socialistas

existentes, para formar sua própria organização durante a greve (Marçal, 1985, p. 19-40). Devido à diversidade étnica das classes trabalhadoras locais, o conflito entre socialistas e anarquistas sobre o controle das organizações de trabalhadores da cidade, inevitavelmente, questionou os laços étnicos.

Os anarquistas inicialmente atacaram os laços étnicos, em setembro de 1906 em uma reunião com a presença de muitos trabalhadores alemães. Provocaram uma grande divergência de opiniões advinda da dúvida sobre qual deveria ser a língua oficial da organização – seria somente o Português, ou teriam que ser aceitos o Português e o Alemão? Os anarquistas achavam que a existência de duas línguas significaria uma perda de tempo e energia e que a língua oficial “deve ser aquela do país onde os trabalhadores moram” (*A Luta*, 13 set. 1906, p. 2). Apesar de alguns trabalhadores de origem germânica já terem se tornado anarquistas, essa posição era anátema para muitos outros que estavam determinados a manter a Língua Alemã. Os socialistas, por outro lado, apesar de serem etnicamente heterogêneos, em 1906, não apoiaram a posição de “só-Português” dos anarquistas, devido ou à sua confiança tradicional nos trabalhadores alemães, ou ao reconhecimento pragmático de que muitos trabalhadores locais ainda dependiam da Língua Alemã. Conseqüentemente, quando os trabalhadores madeireiros entraram em greve no dia 2 de outubro, liderados por oficiais dos sindicatos de descendência italiana, alemã e brasileira, foram feitos discursos em Português e em Alemão (Marçal, 1985, p. 103; *Petit Journal*, 3 out. 1906, p. 2).

Se os anarquistas não encontravam mais lugar para aqueles que procuravam se unir exclusivamente pela identidade étnica, não havia mais lugar para os anarquistas entre os militantes socialistas da cidade. O conflito chegou a um ponto crítico na primeira semana da greve geral de 1906, quando o presidente do novo Sindicato dos Pedreiros, um socialista e aliado próximo de Xavier da Costa, convidou todos os presidentes das organizações de trabalhadores locais para uma reunião conjunta em sua residência. Um ataque de um líder socialista aos anarquistas deu lugar a um tumulto de protestos e ameaças que terminaram na conclusão de que “não havia lugar para os anarquistas” na reunião. Líderes anarquistas enfurecidos de seis organizações locais saíram, acompanhados por seus seguidores. Daqueles que saíram, dois tinham nomes italianos, um alemão, um polonês, um espanhol e dois luso-brasileiros (*A Luta*, 10 out. 1906, p. 3). Os líderes anarquistas não eram mais, evidentemente, o grupo italiano homogêneo que tinha sido uma década antes. A liderança anarquista refletia agora a diversidade étnica da classe trabalhadora de Porto Alegre.

A etnicidade continuou tendo um papel importante quando a greve começou. Os líderes tiravam vantagem dos apelos étnicos para manter e expandir a greve e apelavam a diferentes grupos étnicos de formas diversificadas. Os socialistas emitiram manifestos de greves em Português e em Alemão (não em Italiano) mas, em pelo menos uma instância, variaram a mensagem para diferentes audiências. Assim, um manifesto em Alemão atacava diretamente os industrialistas, enquanto que seu homólogo, em Língua Portuguesa, atacava somente a cobertura da imprensa dada à greve. Rumores de que o Exército Alemão estava vindo para ajudar os grevistas eram dirigidos somente a grevistas de fala alemã (*Correio do Povo*, out. 1906).

Etnicidade na representação e na realidade

Empresários e etnicidade

Ninguém percebeu a importância e as implicações da etnicidade na greve geral de outubro mais rapidamente ou de forma melhor que os proprietários de fábricas alemãs da cidade. Eles perceberam que a greve representava o primeiro racha sério de classe dentro da comunidade étnica alemã, com conseqüências políticas e econômicas potencialmente graves para seus próprios interesses de classe. Sua pronta e efetiva resposta para esse desafio determinou, em grande medida, o resultado da greve.

A etnicidade compartilhada era algo em comum que inicialmente permitiu que os empresários de origem alemã se movimentassem com respostas individuais, dadas aos trabalhadores em um estabelecimento, para respostas coletivas de um empresariado unido, direcionadas a todo o movimento grevista. Porto Alegre não tinha organização de proprietários de fábricas ou oficinas no início da greve de 1906. Os proprietários alemães foram os primeiros a unirem forças. Eles foram reunidos no segundo dia de greve por Alberto Bins, o principal industrial da comunidade étnica alemã, proprietário da principal metalúrgica da cidade, homem de formidável talento político e empreendedor que tinha entrado no Partido Republicano em 1901 e estava ascendendo rapidamente (Pesavento, 1988, p. 240). Bins presidiu a reunião, enquanto que os grevistas se manifestaram lá fora gritando *vivas* para a classe trabalhadora e para a jornada de oito horas. Ele propôs uma posição que os empresários mantiveram até o fim da greve: uma jornada de nove horas, que para os empresários significava 10% de aumento no pagamento. Essa oferta parecia dar alguma coisa aos grevistas, diminuindo suas horas, mas preservando a autoridade do empregador, permitindo que

eles determinassem a jornada de nove horas, não aceitando a exigência dos grevistas, que era de oito horas. O quanto é importante a autoridade para o empregador fica clara na sua declaração pública: que ceder perante a exigência dos trabalhadores “constituiria, esse fato, uma vitória de tal natureza que colocaria os patrões na posição de caixeiros de seus operários” (*Correio do Povo*, 7 out. 1906, p. 2). Na mesma reunião, os empresários reforçaram sua unidade concordando que eles fariam um anúncio conjunto: todas as fábricas reabririam em 10 de outubro, rejeitariam contratar grevistas que tivessem trabalhado para algum deles antes da greve, sem antes conferir com o empregador, e nomeariam uma comissão representando os empresários de fala alemã para que se encontrasse com a polícia para assegurar a proteção aos trabalhadores que escolhessem trabalhar apesar da greve. Bins chegou até a propor a fundação de uma organização de industrialistas permanente que forneceria serviços médicos e de educação aos trabalhadores, mas essa proposta estava muito além de seu tempo para dar frutos.

Somente depois dessas ações conjuntas, os empresários de fora da comunidade étnica alemã aderiram ao acordo e só depois de a greve ter continuado por mais cinco dias. O primeiro retardatário, proprietário da maior fábrica têxtil da cidade e membro de uma poderosa e abastada família gaúcha, se mostrou alerta ao momento, enviando um assistente alemão como seu representante à reunião dos industrialistas (Petersen; Lucas, 1992, p. 150-152; *Correio do Povo*, out. 1906; Franco, 1992, p. 336).

Os empresários de origem alemã também queriam recriminar os trabalhadores alemães por terem enfraquecido o senso de comunidade étnica que tinha servido aos interesses da classe proprietária no passado. Os proprietários ficaram ofendidos quando os trabalhadores os atacaram diretamente em um manifesto de greve escrito em Alemão e, como Alberto Bins colocou indignado, se dirigia a seus empresários de “modo indelicado”, utilizando linguagem rude e mal-educada e “tratando-os como subordinados”. Para seus ouvidos, a linguagem dos grevistas constituía uma brecha no respeito que os empresários esperavam de seus trabalhadores, um indicador importante da forma como as maneiras e costumes definiam os limites de classes. Os empresários responderam com apelos para o orgulho e a lealdade étnica. Bins, publicamente, culpou os grevistas “desmentindo o renome da colônia alemã, que sempre gozou de foros de ordeira e progressista” (*Correio do Povo*, 16 out. 1906, p. 1). Invocando a máxima republicana de ordem e progresso, Bins estava articulando o reconhecimento por parte dos empresários de duas realidades: que a percepção pública da função dos trabalhadores alemães na greve se refletiria de forma negativa em toda a comunidade étnica e que o partido consideraria a elite alemã responsável

pelo controle de seus próprios trabalhadores. A confiabilidade política era o preço da autonomia cultural em Porto Alegre, e uma classe trabalhadora desordenada colocava em perigo o progresso econômico e a ordem política. Em resposta, Bins estava “reconstruindo” em seu discurso uma outra comunidade lembrada – não a da oficina igualitária harmoniosa, mas a de uma comunidade étnica teuto-brasileira, fundada sobre a história e a mitologia compartilhadas da experiência de quase um século da imigração alemã no Rio Grande do Sul. Essa lembrada comunidade étnica era por implicação, harmoniosa, igualitária e livre de divisões econômicas (Bak, 1989). Bins chamava os trabalhadores a subordinarem a incipiente identidade de classe, construída como nova e diferente, à identidade étnica construída como tradicional, para servir aos interesses da elite.

Partido e imprensa

Os empresários alemães, líderes do governo e o Partido Republicano colocavam a etnicidade no centro das representações dos grevistas. Por um lado, eles representavam dois trabalhadores alemães como força motivadora por trás da greve. Por outro lado, aqueles que estavam no poder se esforçavam por distingui-los dos imigrantes alemães e de seus descendentes. Assim, a polícia anunciou que tinha dois “súditos alemães, homens inteligentes e instruídos” sob cuidados como sendo “os principais promotores e instigadores do movimento” (*Correio do Povo*, 11 out. 1906, p. 1). Esse anúncio rotulou os líderes da greve como estrangeiros, distinguindo-os dos descendentes de alemães e enfatizou que esses dois eram mais estrangeiros que os verdadeiros imigrantes porque eles permaneciam como sujeitos leais ao *Reich* alemão e que por esse motivo não poderiam ser brasileiros leais. A representação dos promotores da greve como sendo sujeitos alemães distanciou os mesmos da comunidade alemã, politicamente submissa e eleitoralmente útil, cuja anuência era cultivada pelo partido e que não se queria modificar. A identificação dos dois líderes como “instruídos” distinguiu-os da maioria dos trabalhadores, que não tinham instrução.

As representações de grevistas na grande imprensa também mostravam a preocupação da elite com a função que a etnicidade estava tendo na greve geral de outubro. O maior jornal, o *Correio do Povo*, identificou a etnicidade com “estrangeiridade” e se utilizou disso para desacreditar os grevistas. Nos poucos casos em que o jornal identificava os grevistas que atravessaram a linha entre o protesto pacífico e a violência, os rotulava como sendo “de origem italiana” ou “de origem alemã” (*Correio do Povo*, 13 out. 1906, p. 2). Esses termos indicaram que os grevistas não eram

novos imigrantes, e sim, nascidos no Brasil de descendentes italianos. A identificação de sua etnicidade os diferenciava dos brasileiros de origem lusa e associava sua coloração estrangeira com o comportamento que os leitores conservadores condenariam como desordeiro e, portanto, perigoso. O medo do perigo alemão ecoou quando os líderes grevistas foram acusados de assegurar aos “grevistas alemães ou àqueles de origem alemã” que se a violência fosse usada contra eles, “o governo alemão despejaria milhares de soldados” para defendê-los. O *Correio do Povo* acusava os grevistas de intimidarem trabalhadores étnicos que não estavam de acordo com a greve distribuindo, “em diversas línguas, avulsos e livros contando os horrores praticados na Europa por grevistas, em colegas que não os acompanhassem: seios cortados à faca, cabeças decepadas, olhos furados”. Como prova de que muitos trabalhadores ficavam em casa só por medo dos companheiros, o jornal citou uma jovem que participava da greve, rotulada como “de origem alemã”. Não convencida com as afirmações do repórter de que teria proteção policial, ela disse: “Depois que arrancarem minha cabeça, pouco me importa que prendem ou não meus degoladores” (*Correio do Povo*, 11 out. 1906, p. 1). A sua referência à degola, a famosa prática gaúcha de cortar as gargantas dos inimigos, sugere que a intimidação aproveitou o medo de atrocidades por parte dos natos. A representação era de que os trabalhadores pertencentes aos grupos étnicos, particularmente as mulheres, estavam muito vulneráveis à propaganda e à intimidação.

Finalmente, o *Correio do Povo* acusou os grevistas imigrantes de ingratidão e deslealdade por protestar no país que tinha propiciado sua prosperidade e mobilidade social. Os tecelões grevistas eram condenados por utilizar as “economias e propriedades obtidas dos salários ganhos aqui” para sustentá-los em uma greve, e até por serem “os mais radicais” dos grevistas depois de terem chegado “pobres e sem recursos” (*Correio do Povo*, 16 out. 1906, p. 2). Essa acusação evocava o mito do trabalhador próspero e projetava um conflito sem solução entre duas identidades diferentes: identidade como imigrante, que ditava gratidão e lealdade, e identidade como membro da classe trabalhadora, que levava a greves e ao radicalismo. A “identidade apropriada” era aquela do imigrante agradecido, não a do trabalhador radical. De acordo com essa lógica, a identidade étnica se tornou uma alternativa e, ao mesmo tempo, um antídoto da identidade de classe.

Os “dois sujeitos alemães instruídos” eram, na realidade, trabalhadores locais, José Zeller-Rethaller e Wilhelm Koch, metalúrgicos que tinham sido líderes socialistas na cidade e na comunidade étnica alemã durante uma década. Eles tinham ajudado a fundar a AAV e a Liga Operária, em 1892, o Partido Socialista em 1897, o Partido Operário e a União dos

Metalúrgicos em 1905 e a Forgs em 1906. Na época da greve geral, Zeller-Rethaller era presidente da AAV, e Koch, vice-presidente da Forgs. Os empresários que queriam entrar em contato com os grevistas se dirigiram a eles. Apesar de o *Correio do Povo* criticar sua função como organizadores por trás da cena, dos trabalhadores alemães durante a greve geral, o jornal admitia que eles não tinham tido uma função nas reuniões públicas e que aconselhavam “resistência pacífica, sem insultos nem coerção” (*Correio do Povo*, 16 out. 1906; Marçal, 1985, p. 19-63).

O único líder grevista que defendeu publicamente a violência foi Cavaco, que não era estrangeiro. De acordo com um relato, seu carismático “verbo pampeano”, “como a aragem do minuano” lhe rendeu uma longa e colorida carreira na política gaúcha (Marçal, s/d., p. 18). Quando Cavaco se preparava para voltar a sua casa na fronteira, no final da greve, foi saudado nas docas por um grupo de admiradores que incluía estudantes, militares e trabalhadores. Depois da greve, Cavaco se tornou um proeminente escritor e agitador dos trabalhadores e do Socialismo no Rio Grande do Sul. Participou da Campanha Civilista para Rui Barbosa, editou o *Correio da Tarde* com o futuro ministro do Trabalho Lindolfo Collor em 1910, e foi indicado eventualmente para uma série de cargos públicos por Collor e Getúlio Vargas (Caggiani, 1986, p. 20-187; *Petit Journal*, 30 out. 1906, p. 1).

Os cargos de proeminência pública durante a greve foram ocupados não por alemães, mas sim, por dois gaúchos, filhos legítimos do Rio Grande do Sul: Francisco Xavier da Costa e Carlos Cavaco. Xavier da Costa tinha há tempo estado perto de Koch e Zeller-Rethaller. Xavier da Costa e Cavaco discursaram nos dois encontros públicos realizados simultaneamente em diferentes partes da cidade quando estorou a greve geral. Como presidente da Forgs, Xavier da Costa tentou monopolizar a liderança da greve e a função de intermediário entre trabalhadores e empresários, e entre os trabalhadores e o governo (*Correio do Povo*, 7 out. 1906, p. 1). Os rivais anarquistas diminuía sua importância e a da Forgs que tachavam de “meramente decorativa”. Eles também o atacavam para tentar assumir o controle depois que a greve tinha começado e tentar utilizá-la em benefício próprio (Petersen; Lucas, 1992, p. 165; Marçal, 1895, p. 19).

A liderança da greve geral era complexa e problemática em parte devido à interação intermediária entre as múltiplas identidades étnicas dos trabalhadores urbanos de Porto Alegre e as identidades que estavam se formando a partir de classes e ideologias. Os anarquistas desempenhavam um papel catalítico na greve. Os líderes públicos autoneameados da greve eram dois socialistas gaúchos: um deles era um tipógrafo em ascensão, e o outro não pertencia à classe trabalhadora. Por trás da cena, mas reconhecidos

pelo governo e pela imprensa, estavam dois metalúrgicos militantes socialistas que tinham fortes raízes na comunidade de fala alemã. Como grupo, esses vários líderes possuíam uma série de qualidades necessárias para atrair os vários componentes da classe trabalhadora emergente da cidade. Trabalhando juntos por um objetivo comum de oito horas diárias, eles fizeram a primeira mobilização de grande escala das classes trabalhadoras multiétnicas e a mantiveram.

A greve geral de 1906 marcou uma conjuntura quando a dinâmica da etnicidade se tornou complicada e problemática. Tanto os líderes operários quanto as elites e autoridades estaduais encontraram os limites dos apelos étnicos. Não foi por acidente que, quando os apelos às identidades étnicas mostraram ser inadequados, começaram a surgir os apelos de gênero.

A emergência das mulheres trabalhadoras e identidades de gênero

Mulheres trabalhadoras, mulheres grevistas

Com o aparecimento e a expansão das novas fábricas na cidade, ocorreu a contratação crescente de mulheres. A greve geral evidenciou essa realidade publicamente. Quando a greve colocou os trabalhadores visivelmente nas ruas de Porto Alegre, os observadores ficaram surpresos ao ver a grande proporção de mulheres dentre eles: o *Correio do Povo* se referiu ao número de mulheres trabalhadoras como “enorme” (*Correio do Povo*, 11 out. 1906, p. 1). Apesar de não termos referências estatísticas de sua idade, a maioria das referências as descreve como “moças ou senhoritas”. Contudo, algumas referências de famílias inteiras empregadas indicam que algumas eram esposas e mães.

As trabalhadoras se uniram à greve cedo e como um grupo. A paralisação começou com homens trabalhadores das indústrias metalúrgica e da madeira, seguidos de pedreiros e fabricantes de chapéus no dia seguinte. Até então, os líderes trabalhistas estavam prevendo que “a classe operária feminina” estava a ponto de também participar da greve (*Petit Journal*, 4 out. 1906, p. 2). No dia seguinte, 5 de outubro, “o elemento feminino” das indústrias têxteis, de vestuário e de doces se uniu ao movimento. Só a essa altura, a greve geral se tornou uma realidade que levou os empresários a se reunirem e a constituírem uma defesa unida (*O Independente*, 7 out. 1906, p. 1).

As trabalhadoras tinham muitas causas para protestar. Na fábrica de meias e espartilhos da Companhia Fabril Porto-Alegrense (uma das maiores e mais mecanizadas da cidade), três quartos dos trabalhadores eram mulheres,

que trabalhavam por baixos salários em condições insalubres. Algumas reclamavam porque o preço das agulhas era deduzido de seu pagamento, reduzindo seus salários para 26 mil-réis por semana – 4 mil-réis (\$1.32 dólares) – por dia, por uma semana de seis dias. Outras reclamavam que as mulheres que inspecionavam as meias de lã acabadas ganhavam somente 3 mil-réis por semana se não havia trabalho, apesar de terem que se apresentar todos os dias. Como todos os trabalhadores da Companhia Fabril, as mulheres trabalhavam sob estrita disciplina. As multas de confiscos variavam entre 100 e 500 mil-réis (de um a cinco meses de salário) por faltas como chegar atrasado, conversar durante o trabalho, levar um livro ou jornal ao trabalho ou subir as escadas com tamancos (*a Luta*, 15 dez. 1906; Intendência Municipal, 1904, p. 38). Como as trabalhadoras de Porto Alegre estavam empregadas em fábricas, mais que em oficinas, a disciplina do trabalho na fábrica era indicador de sua experiência no ofício.

Um outro fator era o das relações impessoais, crescentes nas fábricas, entre capital e trabalho. Essas relações deram lugar a práticas que ludibriavam as mulheres no pagamento por seu trabalho. Uma dessas práticas exigia que candidatas à costureira preparassem de duas a três dúzias de “amostras” de seu trabalho para deixar para exame, só para dizer, no seu retorno, que o trabalho tinha sido insatisfatório e que tinha sido desmanchado. Uma outra prática, na maior fábrica têxtil, era contratar mulheres jovens para um estágio não remunerado de um mês e depois informa-las, no final do período, de que não havia trabalho. Assim, a fábrica contratava outras “aprendizes” para substituí-las (*A Democracia*, 28 mai. 1905, p. 3; *A Luta*, 1º dez. 1906, p. 1).

Esse tipo de tratamento ajuda a explicar o porquê de as mulheres se unirem à greve. Na Companhia Fiação e Tecidos Porto-Alegrense, a maior fábrica da cidade e uma grande empregadora de mulheres e crianças, dois terços da mão-de-obra permanecia em greve no final da primeira semana (*O Independente*, 11 out. 1906, p. 2; *Rio Grande Industrial*, 1907, p. 26). Depois de quase duas semanas de greve, uma jovem trabalhadora declarou, numa reunião de grevistas no Salão Primeiro de Maio, que ela preferia “comer sopa de capim” do que voltar a trabalhar sem as melhorias que estavam sendo exigidas e continuar sendo explorada da forma como vinha sendo (*Petit Journal*, 19 out. 1906, p. 2).

As trabalhadoras tiveram uma participação visível nas demonstrações públicas da greve, contribuindo para que se tornasse espetáculo de rua e de teatro. “Moças operárias” dramatizavam sua adesão ao movimento grevista rasgando vestidos vermelhos para fazer laços que usavam orgulhosamente no peito como símbolo de classe. Elas também salientavam o entusiasmo

geral marchando juntas pelas ruas da cidade levando um estandarte vermelho pedindo uma jornada de oito horas de trabalho. Nas semanas seguintes, as mulheres apareciam repetidamente em comícios e reuniões, individualmente, em delegações de até 50 pessoas e em audiências mistas. Algumas trabalhadoras falavam a multidões reunidas. Uma “senhorita” deu uma palestra sobre as vitórias da classe trabalhadora em outros países. Outras aceitavam os riscos da identificação pública aparecendo antes de grandes audiências para agradecer aos líderes por seus esforços em defesa dos trabalhadores e para presentear-los com ramalhetes de flores. Essas apresentações se tornaram um ritual durante a greve e poderiam ter conseqüências sérias. Pelo menos uma moça grevista foi reconhecida depois de ter presenteado flores a um líder e foi demitida quando voltou ao trabalho na fábrica de meias onde trabalhava, depois da greve (*Petit Journal*, out. 1906). Se a demissão de uma mulher por seu comprometimento público durante a greve lhe dava algum tipo de igualdade com os demitidos homens, era de valor duvidoso e contrastante com a subordinação que a mulher tinha demonstrado no seu gesto de gratidão perante um líder grevista.

Porém, nem todas as mulheres grevistas apoiavam a greve de forma entusiasta e determinada. *O Correio do Povo* descrevia as mulheres trabalhadoras da fábrica de gravatas Pabst como querendo continuar trabalhando, mas vulneráveis à pressão dos grevistas para que elas se unissem à greve. O jornal relatou que a polícia tinha uma guarda armada na fábrica no quarto dia, porque “os grevistas queriam a toda custa forçar as moças a pararem de trabalhar.” (*Correio do Povo*, 7 out. 1906, p. 1). Aquilo que o *Correio do Povo* interpretava como coerção dos grevistas e vulnerabilidade das mulheres perante a pressão revela que essas mulheres não aderiram à greve e que os grevistas reconheciam a posição estratégica das mulheres trabalhadoras em grandes estabelecimentos industriais e a importância de ganhar sua adesão.

A conduta subsequente das mulheres na greve demonstra aquilo que era específico de sua posição na estrutura de classe e como elas formaram o movimento grevista. Quando as mulheres que trabalhavam na fábrica de gravatas aderiram ao movimento pela reivindicação das oito horas diárias, logo perceberam que essa exigência poderia ter significados diferentes para as diferentes categorias de trabalhadores. Inicialmente, elas deveriam ter pouca idéia de como uma greve poderia afetar sua vida. A resposta de seus empresários para essa exigência era uma: elas poderiam trabalhar até duas horas por dia se quisessem, porque elas eram pagas por peças (*Correio do Povo*, 9 out. 1906, p. 1). Essa resposta deixava claro que o pedido de oito horas diárias por parte das mulheres não fazia sentido, porque não refletia

as condições objetivas de sua própria vida de trabalho. A greve geral por uma jornada de oito horas não falava de suas necessidades específicas. Essas mulheres perceberam abruptamente que sua posição na estrutura de classes emergente as separava dos trabalhadores (masculinos e femininos) que eram pagos por dia ou por hora. Dessa forma, abandonaram a greve. Apesar de alguns trabalhadores ainda serem pagos por tarefas, os artesões tinham habilidades com as quais podiam barganhar, enquanto que as mulheres, que não tinham ofício, não podiam. Depois de alguns dias, os líderes grevistas consertaram seu erro inicial, levando em consideração a situação das pessoas que trabalhavam por tarefas em suas exigências coletivas durante a greve. No final da primeira semana, estavam especificando que os trabalhadores que eram pagos por dia deveriam também trabalhar oito horas pelo mesmo salário que seria pago se trabalhassem mais, enquanto que os valores pagos por tarefa deveriam aumentar para que a adoção da jornada de oito horas não significasse que quem trabalhava por tarefa ganhasse menos do que antes (*Petit Journal*, 11 out. 1906, p. 2).

Os organizadores da greve prestaram atenção considerável à participação das mulheres e se esforçaram, desde o início, para assegurar que as trabalhadoras não ficassem fora do movimento. Uma semana antes da greve geral, o *A Luta* chamou a atenção para a exploração e a repressão a cinco mulheres que foram forçadas a deixar seus postos em uma fábrica de escovas, elogiando sua independência corajosa e sua recusa em permitir que fossem degradadas e prostituídas por seus chefes (*A Luta*, 29 set. 1906, p. 2). O *Correio do Povo* chegou a acusar que as mulheres trabalhadoras eram o grupo ao qual os líderes grevistas estavam tentando influenciar “principalmente” (*Correio do Povo*, 11 out. 1906, p. 1).

Naquilo que poderia ter sido uma estratégia consciente para ganhar o apoio das mulheres para reforçar o controle dos socialistas sobre o movimento grevista em detrimento das lideranças anarquistas, socialistas fizeram esforços para conseguir o apoio feminino e publicaram suas funções na greve. Em 1901, a imprensa operária local já tinha tomado a posição de que “como parte integrante da sociedade e como membro produtor, a mulher tem o direito de intervir na vida pública do País e de exercer todas as profissões.” Chamando as mulheres de “vítimas de imensas injustiças”, os socialistas apelaram para a “garantia de direitos civis e políticos para as mulheres” (*Avante*, 24 fev. 1901, p. 2). Durante a greve geral, as irmãs de Cavaco agiam como elos de ligação com as mulheres trabalhadoras. No dia 8 de outubro, ele e Xavier da Costa chegaram ao Salão Primeiro de Maio no Navegantes e se dirigiram a milhares de trabalhadores entusiasmados que enchiam as ruas circundantes. Três de suas irmãs mais velhas (provavelmente

por volta dos trinta anos) apareceram com flores vermelhas no peito entre as jovens trabalhadoras que as cumprimentavam. Uma hora mais tarde, segundo um relato, as trabalhadoras deram “um adeus emocionado às três irmãs” quando elas encontraram seu irmão e Xavier da Costa em um trem, com saudações da multidão de grevistas (*Petit Journal*, 9 out. 1906, p. 2; Caggiani, 1986, p. 11). Depois da greve, os anarquistas locais defenderam as mulheres trabalhadoras. O *A Luta* publicou uma longa coluna negando qualquer oposição ao trabalho da mulher. Urgia que as mulheres não permitissem que os capitalistas as fizessem trabalhar igual aos homens por salários mais baixos, e que os homens não deveriam viver desocupados e com vícios, explorando suas mulheres, e que as mulheres não deveriam permitir que lhes fosse negada a educação ou a voz em determinar as questões de sua incumbência direta (*A Luta*, 2 jan. 1907, p. 2).

Usos da imagem de gênero na greve

A imprensa foi rápida em registrar a nova presença das trabalhadoras na força de trabalho da cidade e no movimento grevista. Bem antes de 1906, os comentaristas tinham começado a perceber a mudança de funções da mulher na vida urbana dentro do espectro de classes. Na virada do século, um lamentou “a diferença enorme existe entre a mulher porto-alegrense e a gaúcha livre dos campos, onde ainda não penetraram os sorrisos fingidos e a vaidade que caracteriza a moça da capital”. Em forte contraste com a “mulher angélica dos campos” com sua “linguagem santa”, a mulher da cidade quando “conquista a vontade e a vida de um homem, é para dele fazer um escravo” porque a vida das classes alta e média estava contaminada pelas “mentiras dos salões e pelo rebrilhar fulgurante de fictícios atrativos” (*Gazetinha*, 3 mar. 1899, p. 1). No outro extremo da hierarquia social, as mulheres atraíam a crítica com uma visibilidade indesejada, como prostitutas, e pela conduta considerada pouco feminina, ao participarem de desordens nas ruas. As prostitutas fizeram da rua do Arvoredo cenário de lutas noturnas, nas quais brigavam com homens, até se jogando “no chão com um pobre diabo para continuar lutando”, conforme a imprensa alegou (*Gazetinha*, 7 mar. 1899, p. 1). As mulheres de classes mais baixas, tão multiétnicas quanto os homens, apareciam na imprensa como participantes da violenta cultura regional de armas. Em um conflito no “notório Beco do Poço”, duas mulheres desordeiras atacaram uma costureira espanhola com uma faca (*Gazetinha*, 18 mar. 1899, p. 2). Um observador relacionou a “malta enorme de meninos” rudes e turbulentos (segundo ele, a maioria, italiana) nas ruas de Porto Alegre, com a entrada de suas mães nas novas fábricas: “estes meninos

estão nas ruas porque não têm ninguém em casa para educá-los” (*Gazetinha*, 16 jan. 1899, p. 1). A implicação é familiar: a entrada das mulheres no mercado de trabalho tem conseqüências negativas às crianças, às famílias e para toda ordem social.

O jornal oficial do Partido Republicano e a grande imprensa fizeram uso efetivo das imagens de gênero nos esforços por inculcar sua visão do desempenho “bom” e do “ruim” (aprovado ou desaprovado). Na greve geral, as mulheres ficaram no meio de três representações vívidas e públicas que procuravam desencorajar sua participação: a primeira foi a publicação de um relatório de duas moças trabalhadoras da indústria têxtil que tinham sido assaltadas por “exaltados paredistas de origem alemã” (*Correio do Povo*, 13 out. 1906, p. 2). O motivo do ataque não foi especificado, e essa omissão deixava os leitores livres para pensar que as mulheres foram assaltadas por terem tentado trabalhar durante a greve. O relatório não identificou a etnicidade das mulheres ainda que pareça provável que elas também fossem “de origem alemã”. O sexo dos assaltantes não foi especificado. Assim, na identificação daquelas que foram assaltadas, o sexo teve prioridade sobre a etnicidade, enquanto que na identificação dos seus atacantes, a etnicidade teve prioridade sobre o sexo. As omissões deixavam os leitores livres para concluir que as mulheres não eram alemãs, e que os assaltantes eram homens. As mulheres, então, eram associadas com um comportamento de ordem, e os homens, com o de desordem. As mulheres que queriam trabalhar eram consideradas vítimas vulneráveis ao ataque agressivo dos homens engajados em ações violentas como grevistas. O efeito geral dessa representação era o de denegrir a imagem dos “militantes grevistas” tachando-os de “alemães” e acrescentando o fato da desonra e da falta de masculinidade implícita no ato de atacar o sexo mais fraco.

A segunda representação apareceu no jornal oficial do Partido Republicano, *A Federação*. Esse jornal elevava uma moça trabalhadora da fábrica têxtil ao nível de heroína cívica por ter terminado seu relacionamento com seu namorado devido ao fato de que ele apoiava a greve. Identificada como brasileira, a jovem era admirada e elogiada por nunca ter deixado o trabalho durante a greve, “apesar de todas as ameaças” dos grevistas, chegou até a resistir à pressão do noivo para se unir à greve, e quando ele ignorou sua solicitação para se afastar dos grevistas, ela quebrou seus planos de casamento (*A Federação*, 23 out. 1906, apud Fagundes, 1897, p. 276). O rótulo de heroína foi aplicado pela primeira vez pelo proprietário da indústria têxtil e depois foi aproveitado pelo jornal *A Federação*. Apresentando esse relato para edificação do público, o órgão do partido oficial tornou uma mulher modelo do “bom trabalhador” e, nesse sentido, sancionou a nova

incorporação de mulheres na força de trabalho industrial da cidade. Desde a perspectiva dos empresários e do Estado, era útil ter tais mulheres nas fábricas se (como nesse caso) elas fossem firmes e contra a pressão da greve e utilizassem sua influência moral tradicional sobre os homens para tentar frear o comportamento desordeiro masculino. Essa representação também trouxe as trabalhadoras para o cenário público. Essa jovem trabalhadora da indústria têxtil se tornou um modelo de virtude cívica, porque colocou sua obrigação de empregada, seu trabalho e a ordem pública acima de seu amor por um homem. Confrontada com as reclamações de lealdade pública e pessoal, ela não escolheu a lealdade pessoal que, por tradição, deveria ficar em primeiro lugar para as mulheres, mas as “lealdades mais altas”, inerentes à sua nova posição no reino público do mercado de trabalho e do dever cívico. É bem possível, porém, que a decisão dessa jovem tenha sido ditada, na realidade, pela sua necessidade de salário para ajudar a sustentar seus pais e irmãos.

A terceira representação das mulheres no movimento grevista era visivelmente cativante. Novamente, a “boa mulher” era retratada como “a boa trabalhadora”. Na segunda semana de greve, em uma fábrica de doces, se relatou que duas jovens trabalhadoras chamavam pela janela seus colegas homens, que estavam fora, para que eles voltassem ao trabalho. A moral, segundo o *Correio do Povo*, era que “as moças estão dando o exemplo de coragem e de amor ao trabalho ao sexo forte” (*Correio do Povo*, 13 out. 1906, p. 2). Aqui, novamente, as mulheres foram consideradas corajosas, ensinando “o sexo forte” a enfrentar seu medo de voltar ao trabalho. Enquanto as mulheres adquiriam a virtude de coragem, tradicionalmente masculina, sua postura permanecia tradicionalmente “feminina”, fechada dentro da fábrica, como se estivesse em casa. A fábrica agia como um lugar seguro dos perigos da rua. A hierarquia tradicional de gênero foi parcialmente invertida, classificando as mulheres como trabalhadoras corajosas e modelo, mas contudo foi sustentada parcialmente por identificá-las com a virtude e a ordem. A imagem comum da fábrica como sendo hostil à mulher ou favorável à promiscuidade sexual, foi deixada de lado (French; James, 1997, p. 9).

Essas três representações das mulheres trabalhadoras estavam baseadas em relatos de mulheres reais que se opunham à greve de 1906. Sua oposição foi publicada para servir aos interesses dos empresários, das elites e do Estado. Inevitavelmente, a greve colocou essas mulheres contra outras que agiam de forma contrária às imagens socialmente aprovadas de ordem e dever. Elas também apareceram na cobertura da greve, mas não foi revelado o número. Algumas se organizavam em grupos que pressionavam outras

mulheres para que ficassem fora de seus trabalhos. Elas representavam problemas para a polícia, que chegou a chamar algumas delas para interrogatórios e as advertiu que seriam presas na próxima vez que fossem pegas (*Correio do Povo*, 13 out. 1906, p. 1; 14 out. 1906, p. 1). Aos olhos dos críticos da greve, essas eram mulheres militantes que, por definição, eram desordeiras, violentas e perigosas.

O resultado da greve

Apesar de muitos grevistas terem parado por quase três semanas, a greve ficou enfraquecida em vista da unidade dos empresários e da intransigência deles, apoiadas pelas medidas do governo para “manter a ordem pública”: impedindo que os trabalhadores formassem grupos do lado de fora das fábricas, patrulhando as ruas com a Brigada Militar estadual e prendendo os grevistas envolvidos em confrontos de rua. Os grevistas, finalmente, aceitaram a jornada de nove horas oferecida pelos industriais, mas só alguns empresários os aceitaram de volta, e outros ainda, só temporariamente. Todos os que voltaram ao trabalho o fizeram segundo a aceitação dos empresários (Pesavento, 1988, p. 155-161).

A retribuição do empresário aconteceu logo em seguida. O fato de ser mulher não protegia aquela que tivesse participado da greve geral. Na fábrica Fiategi, as mulheres reclamaram dos maus tratos por parte do supervisor quando voltaram ao trabalho. Famílias inteiras que tentaram voltar ao trabalho não foram readmitidas, e foram tantas as pessoas demitidas nos dias posteriores à greve que houve boatos de recomeçar o protesto (*Petit Journal*, 20 out. 1906, p. 2). Um ano mais tarde, *A Luta* comentou a desilusão instaurada quando os empresários aumentaram a jornada, cortaram os salários, impuseram multas e passaram a tratar os empregados “como cachorros nas principais fábricas”. Enquanto isso, o governo do Estado patrulhava a vizinhança dos bairros operários e ameaçava os anarquistas com a expulsão (*A Luta*, 26 out. 1907, p. 1).

Conclusões

A greve geral de 1906 foi um momento-chave na formação da classe trabalhadora de Porto Alegre. Aconteceu como reação às mudanças estruturais que introduziram os trabalhadores na nova forma de produção na fábrica e seus efeitos negativos em sua vida. Muitos participantes da greve eram artesãos profissionais, outros trabalhavam em formas de prestação de serviços de mão-de-obra transitórios, e outros eram trabalhadores sem qualificação nas fábricas emergentes. Os artesãos que sentiam o aperto da disciplina no trabalho, o aumento das divisões de classes e a perspectiva da diminuição da mobilidade social iniciaram e apoiaram a greve geral, impelidos por um pequeno núcleo de militantes anarquistas organizados em sindicatos na cidade. Os anarquistas procuravam aumentar a consciência de classe misturando a exploração dos artesãos e dos trabalhadores das fábricas e contestando o mito do artesão feliz que dominava o discurso da elite sobre os trabalhadores. A repressão relativamente limitada durante as três semanas da greve proporcionou aos trabalhadores o tempo e o espaço para descobrirem o senso do que seus números e sua ação conjunta podiam fazer – para desenvolver uma primeira experiência coletiva de solidariedade da classe trabalhadora.

Em 1906 a formação de classe em Porto Alegre foi intermediada fortemente pela etnicidade. O caráter multiétnico da classe trabalhadora local facilitou o desenvolvimento da consciência de classe e de solidariedade em algumas formas, dificultou em outras. No sentido em que algumas ocupações tendiam para a homogeneidade étnica, as comunidades étnicas inicialmente incentivaram a organização do trabalho. Todavia, a diversidade étnica dos trabalhadores criava obstáculos às lideranças, que tinham que levar em consideração a multiplicidade de línguas e de etnias em suas reuniões e em boletins emitidos durante a greve. Além disso, em 1906, a solidariedade étnica sofria devido aos conflitos ideológicos entre socialistas e anarquistas, particularmente na grande comunidade alemã. Os trabalhadores que tinham vivido na relativa simplicidade de comunidades étnicas em grande parte homogêneas encontravam, em 1906, um mundo social mais complicado, no qual a heterogeneidade étnica e os conflitos interétnicos eram inevitáveis. Então, a concorrência pela liderança da greve não era somente de militantes socialistas contra anarquistas, mas uma resposta mais complicada ao problema de como mobilizar os trabalhadores locais em meio a essa transformação das identidades étnicas. Por esse motivo, parte da liderança da greve era etnicamente alemã, e a outra, rio-grandense. Esse resultado mostra a importância de fazer uma abordagem da etnicidade não como um obstáculo automático para a formação de classes em todos os lugares e em qualquer

tempo, mas como uma das várias identificações que os trabalhadores podem mobilizar e reformular no confronto de condições históricas em mudança.

Os trabalhadores se encontravam em território desconhecido durante essa primeira greve geral, com pouca experiência para serem guiados, e o mesmo aconteceu com os empresários, as elites e o Estado. Os trabalhadores de origem alemã da cidade tinham há tempo tirado proveito dos laços étnicos para camuflar diferenças de classes. Agora, a greve criava o primeiro corte importante dentro da comunidade étnica alemã. Apesar de os empresários tentarem dominar os trabalhadores por meio de apelos ao senso de comunidade étnica, pela primeira vez, os empresários foram forçados a demonstrar publicamente que seus interesses de classe estavam acima da lealdade étnica aos trabalhadores. Ao mesmo tempo, a solidariedade étnica intraclasse permitiu que os empresários agissem coletivamente face à greve. Como empresários alemães, eles puderam se reunir rapidamente, desenhar uma posição comum e manter um *front* unido contra os grevistas. Sem essa solidariedade étnica, a greve teria tomado um rumo diferente. A grande imprensa, o governo e a polícia usaram a etnicidade de forma comum em outras regiões do Brasil: desacreditando a greve por meio de associar a militância e a violência com estrangeiros e acusar trabalhadores imigrantes de ingratidão pelas oportunidades econômicas oferecidas pelo seu novo país. Todavia, essas práticas eram ainda mediadas por padrões étnicos locais, porque as idiosincrasias regionais da concorrência de dois partidos fez com que os votantes não lusos fossem vitais para o partido do governo limitando, assim, o poder da elite de ligar a etnicidade ao externo e perigoso.

Quando os apelos à identidade étnica se tornaram problemáticos, apareceram também os apelos ao gênero. Uma parte integrante do processo de formação de classes era a emergência das mulheres trabalhadoras por detrás das mulheres das fábricas, em números que causaram admiração aos observadores. As trabalhadoras se faziam ver e ouvir no movimento e eram proeminentes no espetáculo público, marchando como um grupo, usando laços vermelhos, carregando cartazes, aparecendo com líderes grevistas do sexo masculino e até falando, de vez em quando, em assembléias públicas. Os líderes grevistas as tratavam como um grupo diferenciado dentro da classe trabalhadora emergente e as chamavam de: “moças operárias”, “classe operária feminina” ou “o elemento feminino”. As trabalhadoras organizaram e lideraram seus próprios grupos e manifestações grevistas, mostrando uma identidade diferenciada em formação. Algumas declararam sua experiência de exploração no novo posto de trabalho na fábrica. Sua função crítica de transformar o movimento inicial em greve geral foi logo reconhecido por todos, não menos pelos líderes anarquistas e socialistas que procuravam seu apoio. No curso da greve, as mulheres também

se mostraram dispostas a desafiar os empresários, a arriscar o confronto com a polícia, a assumir funções públicas e a organizar e a liderar ações grevistas, todas elas, medidas de sua experiência de exploração no local de trabalho. O conflito entre a posição econômica objetiva de muitas mulheres trabalhadoras como contratadas por tarefas e a exigência inicial dos grevistas pela jornada de oito horas ajudaram a sensibilizar as lideranças grevistas para a importância das diversas posições dentro da estrutura de classes, marcando um passo à frente no amadurecimento e levando à negociação, exigências calibradas de forma mais cuidadosa.

Quando as mulheres se posicionaram dos dois lados, contra e a favor da greve, o gênero assumiu um lugar notável no discurso do movimento. As elites procuraram usá-lo para manipular e ampliar as divisões dentro da classe trabalhadora emergente. Igualando as mulheres trabalhadoras à ordem e à virtude cívica, e apresentando-as como uma força para controlar o desordeiro comportamento masculino, o discurso da elite tentou transformar as mulheres trabalhadoras em um instrumento de controle social. Mas, no processo, esse discurso admitia implicitamente a incorporação da mulher à força de trabalho paga e na esfera pública. Um resultado foi a notável brecha entre a forma como as mulheres eram vistas e ouvidas nos discursos da elite e a forma como eram vistas e ouvidas nas ruas e em praças públicas de Porto Alegre. Algumas mulheres rejeitaram as representações de gênero delas mesmas, como símbolos de ordem e, como os seus companheiros homens, foram às ruas durante a greve para se identificar, por mais que hesitassem, como membros de uma classe trabalhadora incipiente.

Enquanto o discurso da elite procurava criar concorrência entre as identidades de gênero e classe, a repressão geral por parte dos empresários depois da greve criou um efeito contrário. Demissões, maus tratos e o não-cumprimento de acordos por parte dos empresários só contribuíram para o desenvolvimento da consciência de classe já acelerada durante o movimento grevista. O movimento e suas conseqüências ensinaram aos trabalhadores o quanto eles tinham em comum. A continuação da mudança estrutural do artesanal para a produção em fábricas manteve-se nos anos subseqüentes, levando diferentes grupos étnicos a um contato mais próximo, incorporando mais mulheres à mão-de-obra paga. Assim, a experiência da greve de 1906 se tornou parte da experiência passada compartilhada pela classe trabalhadora emergente da cidade – étnica e brasileira, masculina e feminina. Pode-se ver, então, que a compreensão da evolução das identidades de etnicidade e gênero e as múltiplas formas em que elas podem interagir com a identidade da classe emergente são essenciais para a compreensão do complexo processo de formação de classes no Brasil.

Notas

* A autora gostaria de agradecer a *Faculty Research Committee* da Universidade de *Richmond* por ter subsidiado a pesquisa no Brasil e a Alexandre Fortes, John D. French, Adhemar Lourenço da Silva Jr., Carol Summers, Bárbara Tenenbaum, Bárbara Weinstein, Hugh West e os revisores anônimos da *Latin American Research Review* por seus úteis comentários. Este trabalho é parte de um projeto maior sobre os trabalhadores e o Estado no Rio Grande do Sul de 1889 a 1930.

O presente artigo foi publicado originalmente com o título *Class, ethnicity, and gender in Brazil: The Negotiation of Workers' Identities in Porto Alegre's 1906 Strike*. Na *Latin American Research Review*, v. 35, n. 3, 2000. Agradecemos à LARR pela autorização para a publicação em Português, bem como à autora pela solicitude com que esclareceu as dúvidas concernentes à tradução.

¹ The Gendered Worlds of Latin American Women Workers: From Household and Factory to the Union Hall and Ballot Box, editado por John D. French e Daniel James (Durham, N.C.: Duke University Press, 1997). Veja também Steinberg, Marc W. *The Labour of the Country is the Wealth of the Country: class identity, consciousness, and the role of discourse in the making of the english working class*, *International Labor and Working-Class History* 49 (Primavera, 1996), p. 1-25.

² Ver: CARONE, Edgard. *A República Velha: instituições e classes sociais*. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1977. E PESAVENTO, Sandra Jatahy. *República Velha gaúcha: charqueadas-frigoríficos-criadores*. Porto Alegre: Movimento, 1980.

³ Ver: PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919). In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sérgio. *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 277-327. PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho*, Rio Grande do Sul, 1889-1930. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. LONER, Beatriz Ana. Operários e participação no início da República: o caso de Pelotas e Rio Grande. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, PUCRS, n. 2. p. 71-89, dez. 1996.

⁴ Ver: HAHNER, June E. *Poverty and politics: the urban poor in Brazil, 1870-1920*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1986. p. 256-259; HALL, Michael M.; SPALDING Jr., Hobart A. Urban labour movements. *Latin America: Economy and Society, 1870-1930*, Cambridge, Cambridge University Press, p. 206-207, 1989. RODRIGUES, Edgar. *Socialismo e sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969, p. 99. PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael M. *A classe operária no Brasil, 1889-1930: documentos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. p. 41-42. BAKOS, Margaret M. A habitação em Porto Alegre: Problemas e projetos administrativos (1897-1937). *Cadernos de Estudos*. PPG-H, UFRGS, n. 1. p. 8, nov. 1988. SCHNEIDER, Ronald. *Order and progress: a political history of Brazil*. Boulder, Colo: Westview, 1991. p. 87; FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Difel, 1976. p. 135-146. LEME, Dulce Maria P. *Trabalhadores ferroviários em greve*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1986.

⁵ Ver: MAGNANI, Sylvia. A classe operária vai à luta: a greve de 1907 em São Paulo. *Cara a Cara*. n. 1, p. 106-190. 1978, HAHNER, *Poverty and Politics*, p. 226.

⁶ BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: FREITAS, Décio et al. *RS: cultura & ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 36-37. Ver ainda: *A Federação*, p. 1. 1º de maio de 1907.

⁷ Ver: FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992. p. 221. RGS. *O Rio Grande Industrial*. Porto Alegre: Echenique Irmãos, 1907. p. 26. *RGS descriptive memorial of the state of Rio Grande do Sul organized for the international exhibition of São Luiz*, 1904. Porto Alegre: Commercial Library, 1904. RODRIGUES, Alfredo. *Notícia histórica e descritiva do Estado do Rio Grande do Sul*. Rio Grande: Americana, 1896.

⁸ Ver: Rio Grande do Sul. *Anuário do Estado, 1893*. Porto Alegre: 1894, p. 156. Rio Grande do Sul. “Repartição de Estatística”. *Relatório 1913*. Porto Alegre: *A Federação*, 1914, p. 24. ABREU E SILVA, Florencio. Retrospecto econômico e financeiro do Rio Grande do Sul, 1822-1922. *Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul*. n. 8, p. 261-325. dez. 1922.

⁹ MACEDO, Francisco Riopardense de. *Porto Alegre: origem e crescimento*. Porto Alegre: Sulina, 1968. p. 103. *A Federação*. 27 set. 1906, p. 2. LOVE, Joseph. *Rio Grande do Sul and Brazilian regionalism, 1882-1930*. Stanford: Stanford University Press, 1971. p. 20.

¹⁰ Ver: BORGES, Stella. *Italianos: Porto Alegre e trabalho*. Porto Alegre: EST, 1993, p. 77-79. SOUZA, Newton Stadler. *O anarquismo da Colônia Cecília*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. RODRIGUES, Edgar. *Nacionalismo e*

Cultura Social, 1913-1922. Rio de Janeiro: Laemmert, 1972. p. 34-38.

¹¹ Sobre a relação do operariado com a “grande política”, ver: SILVA Jr., Adhemar Lourenço. A bipolaridade política rio-grandense e o movimento operário (188?-1925). *Estudos Ibero-Americanos*. n. 2, p. 5-12, dez. 1996.

¹² Expressão utilizada conforme SCOTT, James. *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. New Haven, Conn.: Yale University Press, 1985.

¹³ Ver: Réu Salvador Garcia, Juri 36-2-29, Cartório do Crime, Porto Alegre, 1897, p. 13, Arquivo Público de Porto Alegre.

¹⁴ Ver ainda: ROCHE, *Colonisation allemande*; e AZEVEDO, Thales. *Materiais para o estudo da aculturação de italianos no Rio Grande do Sul*. Bahia: [s/n.], 1957.

¹⁵ Ver: Réu Jacob Gerbauer, Juri 144-7-29, n. 872, Cartório do Crime, Porto Alegre, 1906, Arquivo Público de Porto Alegre.

¹⁶ Ver: Becker para Borges de Medeiros, 31/1/1898, Porto Alegre, Coleção Consulado, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

¹⁷ Ver: Relatório da *Allgemeiner Arbeiter Verein*, 30/8/1913. Inventário: II Congresso Operário Brasileiro, 1913, v. 2, n. 175, 41-2-22^A, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro; e ainda *O Diário*, 29 out. 1911, p. 9; Marçal, 1985, p. 89; Borges, 1993, p. 73; *Gazetinha*, 1º mai. 1897, p. 3.

¹⁸ Ver: *Gazeta da Tarde*, jul. 1895, p. 2; FRANCO, 1992. p. 321; JARDIM, Jorge Luiz P. *Comunicação e militância: a imprensa operária no RS (1892-1923)*. 1990. Dissertação (Mestrado) – PPGH/Porto Alegre, PUCRS, 1990.

Referências bibliográficas

- ABREU e SILVA, Florencio. Retrospecto econômico financeiro do Rio Grande do Sul, 1822-1922. *Revista do Archivo Público do Rio Grande do Sul*. n. 8, dez. 1922.
- ANDREWS, George Reid. *Blacks and whites in São Paulo, Brazil, 1888-1988*. Madison: University of Wisconsin Press, 1991.
- AZEVEDO, Thales de. *Materiais para estudo da aculturação de italianos no Rio Grande do Sul*. Bahia: [s. n.], 1957.
- BAKOS, Margaret M. A habitação em Porto Alegre: problemas e projetos administrativos (1897-1937). *Cadernos de Estudos*. Porto Alegre, PPGH/UFRGS, n. 1, 1988.
- BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: FREITAS, Décio et al. *RS: cultura & ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- BORGES, Stella. *Italianos: Porto Alegre e trabalho*. Porto Alegre: EST, 1993.
- CAGGIANI, Ivo. *A vida quixotesca do tribuno popular de Porto Alegre*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986.
- CARONE, Edgard. *A República Velha: instituições e classes sociais*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1972.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *O Italiano da esquina: imigrantes na sociedade porto-alegrense*. Porto Alegre: EST, 1991.
- FAGUNDES; KETZER, Lygia; KUMER, Lizette; STEPHANOU, Maria; PESAVENTO, Sandra. *Memória da indústria gaúcha: das origens a 1930: documentos*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1987.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Difel, 1976.
- FERREIRA, Athos Damasceno. *Colóquios com a minha cidade*. Porto Alegre: Globo, 1974.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992.
- FRENCH, John; JAMES, Daniel. *The gendered worlds of Latin American women workers: from household and factory to the union hall and ballot box*. Durham, Duke University Press, 1997.
- FREYRE, Gilberto. *New world in the tropics: the culture of modern Brazil*. New York: Knopf, 1966.
- HAHNER, June E. *Poverty and politics: the urban poor in Brazil, 1870-1920*. Albuquerque: University New Mexico Press, 1986.
- HALL, Michael; SPALDING Jr. Hobart. Urban labour movements. *Latin America: Economy and Society, 1870-1930*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- JARDIM, Jorge Luiz Pastoriza. *Comunicação e militância: a imprensa operária no Rio Grande do Sul (1892-1923)*. 1990. Dissertação (Mestrado) – PPGH/PUCRS, Porto Alegre, 1990.
- LEME, Dulce Maria P. de Camargo. *Trabalhadores ferroviários em greve*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1986.
- LONER, Beatriz Ana. Operários e participação no início da República: o caso de Pelotas e Rio Grande. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, PUCRS, n. 2, dez. 1996.
- LOVE, Joseph. *Rio Grande do Sul and Brazilian regionalism, 1882-1930*. Stanford: Stanford University Press, 1971.

- LUEBKE, Frederick C. *Germans in Brazil: A comparative history of cultural conflict during world war I*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1987.
- MAGNANI, Sylvia. A classe operária vai à luta: a greve de 1907 em São Paulo. *Cara a Cara*. São Paulo, n. 1, 1978.
- MARÇAL, João Batista. *Primeiras lutas operárias no Rio Grande do Sul: origens do sindicalismo rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1985.
- NEEDELL, Jeffrey D. The revolt against modernization in belle-epoque Rio de Janeiro. *Hispanic American Historical Review*. n. 2, 1987.
- PESAVENTO, Sandra. *República Velha gaúcha: charqueadas-frigoríficos-charqueadores*. Porto Alegre: Movimento, 1980.
- _____. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho, Rio Grande do Sul, 1889-1930*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- _____. *Emergência dos subalternos*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1989.
- PETERSEN, Silvia R. Ferraz. As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919). In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sérgio. *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- PETERSEN, Silvia R. Ferraz; LUCAS, Maria Elisabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870 -1937)*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael. *A classe operária no Brasil, 1889-1930: documentos*. São Paulo: Alfa Omega, 1979.
- ROCHE, Jean. *La colonisation allemande et le Rio Grande do Sul*. Paris: Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine, 1959.
- RODRIGUES, Alfredo F. *Notícia histórica e descritiva do Estado do Rio Grande do Sul*. Rio Grande: Americana, 1896.
- RODRIGUES, Edgar. *Socialismo e sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.
- _____. *Nacionalismo e cultura social, 1913-1922*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1972.
- ROMERO, Silvio. *Realidades e ilusões no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SCHNEIDER, Ronald M. *Order and Progress: a political history of Brazil*. Boulder, Colo.: Westview, 1991.
- SCOTT, James C. *Weapons of the weak: Everyday forms of peasant resistance*. New Haven: Yale University Press, 1985.
- SILVA Jr., Adhemar Lourenço. A bipolaridade política rio-grandense e o movimento operário (188?-1925). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, PUCRS, n. 2, dez. 1996.
- SOUSA, Newton Stadler. *O anarquismo da Colônia Cecília*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- STEINBERG, Marc. The labour of the country is the wealth of the country: class identity, consciousness, and the role of discourse in the making of the english working class. *International labor and working-class history* 49, Spring, 1996.
- TELLES, Leandro da Silva. *Crônicas das ruas de Porto Alegre*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1971.
- VARGAS, Anderson Zalewski. Moralidade, autoritarismo e controle social em Porto Alegre na virada do século 19. In: MAUCH, Cláudia et al. *Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Ed. da Ulbra; Ed. da Unisinos, 1994.